



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Fundação Catarinense de Educação Especial

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

São José (SC)
2011

GOVERNADOR DO ESTADO

João Raimundo Colombo

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Marcos Antônio Tebaldi

SECRETÁRIO ADJUNTO DA EDUCAÇÃO

Eduardo Deschamps

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Rosemeri Bartucheski

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Leandro Domingues

DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Raquel Santos Rachadel da Silva

GERENTE DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS

Carmem Cunha Halsey

GERENTE DE CAPACITAÇÃO, EXTENSÃO E ARTICULAÇÃO

Juliana Luchi Schmitz

SUPERVISORA DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS EXTENSIVAS

Edite Sehnem

SUPERVISORA DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS NUCLEARES

Janice Aparecida Steidel Krasniak

CENTRO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E
ATENDIMENTO A PESSOAS COM SURDEZ

Patrícia Amaral

PESQUISADORES

Cimone Fátima dos Santos
Eliane Souza
Jeane Rauh Probst Leite
Juliana Sousa Pereira Guimarães
Rosilene Jerônimo Calegari da Rosa

ESCOLAS PARTICIPANTES

EEB MARECHAL BORMANN – CHAPECÓ – SC
EEB NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – SÃO JOSÉ – SC
EEF RUI BARBOSA – JOINVILLE – SC

COLABORADORES

Daniela Lorezon Passig
Dilcéia Adilson Goulart
Edite Sehnem
Márcia de Souza Lehmkuhl
Márcia Helena dos Reis Ferreira Pires
Victor Hugo Sepulveda Costa

CONSULTORIA INICIAL

Profa. Dra. Ronice Muller de Quadros

REVISÃO TÉCNICA

Edite Sehnem
Janice Aparecida Steidel Krasniak

Elaboração dos originais

Cimone Fátima dos Santos

Licenciada em Pedagogia, pela UNISUL, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com Pós-Graduação em práticas Pedagógicas Interdisciplinares com Ênfase em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pela Faculdade Anita Garibaldi. Atua há três anos na área da educação.

Eliane Souza

Licenciada em Pedagogia, pela UNIVALI, com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais, com Pós-Graduação em Educação Inclusiva, na UNIASSELVI. Atua há 26 anos na FCEE.

Jeane Rauh Probst Leite

Licenciada em Pedagogia, com habilitação em Deficiência Mental, com formação nas áreas de Deficiência Visual, Surdez e Políticas Educacionais. Atua há 16 anos na FCEE.

Juliana Sousa Pereira Guimarães

Licenciada em Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil, pela UFSC, com complementação em Educação Especial, pela UNIASSELVI. Possui vivência na comunidade surda há 16 anos e atua como intérprete de LIBRAS há 3 anos.

Rosilene Jerônimo Calegari da Rosa

Licenciada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, Disciplinas Pedagógicas e Séries Iniciais. Atua há 12 anos na educação.

Ficha catalográfica elaborada por: Ineida Pastro Krowczuk CRB - 14/1238 e
Laura da Rosa Bourscheid CRB-14/983

S231i SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação
Catarinense de Educação Especial.
Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue
no Estado de Santa Catarina/ Secretaria de Estado da Educação. Fundação
Catarinense de Educação Especial: Cimone Fátima dos Santos (Coord). - São
José: FCEE, 2011.

116 p.

Elaboração: Cimone Fátima dos Santos, Eliane Souza, Jeane Rauh Probst
Leite, Juliana Sousa Pereira Guimarães, Rosilene Jerônimo Calegari da Rosa.

1. Educação Especial - Educação bilíngüe . 2. Santos, Cimone Fátima dos. I
Título

CDD 371.009

APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem ao encontro do propósito de mudanças no ambiente escolar e nas práticas sociais/institucionais para promover a participação e aprendizagem dos alunos com surdez na escola comum.

Os últimos debates apontam para abordagem educacional por meio do bilinguismo, que visa oferecer aos alunos com surdez a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita. O estudo tem demonstrado que esta abordagem corresponde melhor às necessidades do aluno com surdez, por respeitar a língua natural e construir um ambiente propício para aprendizagem escolar.

Em nosso Estado, esta proposta já vem sendo trabalhada desde 2004 com a publicação da Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina.

Como Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, é com satisfação que apresento a publicação: Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina, resultado da pesquisa realizada no período de 2009 a 2010 por nossos técnicos, com o objetivo de analisar e implementar a política educacional na proposta bilíngue.

Esta publicação reafirma nosso compromisso no desenvolvimento de estudos de novas metodologias e propostas de atendimento para o Estado de Santa Catarina.

“Todos somos iguais, o que nos difere são as oportunidades que temos na vida!”

Rosemeri Bartucheski

Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial

Dirigente de Educação Especial de Santa Catarina

Prezado Leitor,

Desenvolver, em articulação com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades é um dos objetivos da Fundação Catarinense de Educação Especial, instituição que tem recebido todo apoio nas ações e experiências inovadoras que possam mudar a vida das pessoas.

A pesquisa **Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina** é resultado do trabalho em equipe dos profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial, do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez, que visa subsidiar as ações voltadas para um público-alvo da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina.

É uma pesquisa desenvolvida por técnicos que atuam diretamente nesta área, sendo o seu valor ainda mais expressivo exatamente porque foi criada por quem conhece, vive e cuida das pessoas em primeiro lugar.

Esta pesquisa irá subsidiar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área da educação que atuam com educandos com surdez.

Que a leitura desta pesquisa seja uma experiência rica que venha contribuir com a implementação de uma proposta de educação bilíngue respaldada pela política de educação especial de qualidade em Santa Catarina

João Raimundo Colombo
Governador do Estado

Dedicamos este trabalho aos alunos surdos da rede estadual de ensino de Santa Catarina, com o desejo de que o estudo realizado promova as melhorias necessárias para seus processos educacionais.

AGRADECIMENTOS

Aos profissionais que atuam diretamente na educação de surdos nas escolas envolvidas na pesquisa, que sempre demonstraram interesse em fazer o melhor para seus alunos.

Aos alunos que mais uma vez aceitaram expor suas ideias para as melhorias do ensino.

Às Integradoras Regionais de Educação Especial e Diversidade, pelo apoio e empenho na realização do trabalho.

Ao corpo diretivo da Fundação Catarinense de Educação Especial, pelo reconhecimento da necessidade desta pesquisa.

Aos nossos familiares, que durante este período compreenderam nossa ausência em função de viagens e capacitações, bem como souberam dividir conosco nossas preocupações, anseios e realizações.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é implementar e acompanhar o desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina, levantando dados referentes ao oferecimento da educação bilíngue nas escolas do Estado, atentando para as ações iniciadas, avaliando o atendimento dos alunos surdos no contexto da escola.

O escopo deste projeto envolveu três escolas da rede pública estadual de Santa Catarina. A escolha deste universo de pesquisa deu-se a partir do perfil destas escolas: EEF. Rui Barbosa (Joinville), EEB Nossa Senhora da Conceição (São José), EEB Marechal Bormann (Chapecó).

Na seleção, foi considerado o número de alunos surdos e modalidade de atendimentos existentes na escola. Além destes critérios, todas as escolas selecionadas já haviam implantado a política de educação de surdos, proposta em 2004. Apesar de o projeto estar restrito a três escolas, o objetivo deste é reunir elementos que subsidiem as ações para a inclusão de surdos em perspectivas bilíngues em todas as regiões do Estado.

Durante os dois anos de realização desta pesquisa, os dados foram coletados por meio de observações nas escolas selecionadas, bem como na aplicação de protocolos de acompanhamento e fechamento, avaliando o atendimento dos alunos surdos no contexto da escola e analisando os dados referentes à realidade do atendimento oferecido, bem como a opinião das equipes escolares sobre o processo escolar dos alunos surdos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. HISTÓRIA DO SURDO NO MUNDO, NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	21
2.1 Período para a Língua de Sinais	23
2.2 A história do surdo no Brasil.....	23
2.3 A história do surdo no Estado de Santa Catarina	25
3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE.....	28
4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	29
4.1 Formação de sinais	29
4.2 Aquisição da Língua Brasileira de Sinais	30
5. ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	31
5.1 Ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos	31
6. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	33
6.1 Desenvolvimento da pesquisa	33
6.2 Capacitação desenvolvida	34
6.3 Dados descritivos de cada escola e resumo de protocolos	36
6.3.1 Escola de Educação Básica Marechal Bormann	36
6.3.2 Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Conceição	43
6.3.3 Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa	48
7. ANÁLISE DOS PESQUISADORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	55
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS.....	77

1. INTRODUÇÃO

Descrevendo a trajetória

Considerando a trajetória da educação bilíngue em nosso Estado até o presente momento, a partir de março de 2004 o Estado de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Educação Especial/FCEE, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação/SEE, iniciou a reestruturação das Políticas Públicas de Educação de Surdos. A reestruturação proposta envolvia mudanças em quatro áreas: criação das funções de professor bilíngue, instrutor e monitor de Língua Brasileira de Sinais e professor intérprete de LIBRAS/português/LIBRAS; formação continuada dos profissionais que ocupariam os novos cargos criados; criação de turmas bilíngues e salas de recursos nas assim denominadas escolas polos; reorganização do espaço físico dessas escolas, a fim de adequar-se às turmas implantadas e ao trabalho dos novos profissionais. Todas essas medidas estariam subsidiadas por um projeto de pesquisa/acompanhamento nos dois primeiros anos de implantação da nova política de educação de surdos no Estado.

Nos anos subsequentes as ações começaram a ser implantadas amparadas legalmente pela Portaria E/19, de 04/05/2004. A falta de recursos, entretanto, foi a justificativa apresentada pelos dirigentes governamentais para a descontinuidade das assessorias técnico-pedagógicas, ação que cumpria a função de dar suporte teórico-prático aos profissionais e acompanhar o desenvolvimento da política. Desta forma, durante esses cinco anos foram realizadas assessorias no ano de 2005 e 2006 em todas as regiões; somente em 2008 foram retomadas algumas assessorias, mas somente em algumas regiões. Também nesse período poucas capacitações aconteceram, porém o atendimento não foi suspenso, ao contrário, em algumas regiões houve a necessidade de ampliação de número de turmas, e a implantação de outras tantas, em regiões que antes não faziam parte da política, devido ao aumento de matrículas de alunos surdos.

Focando especialmente a falta de suporte técnico-pedagógico às regiões que aceitaram e implantaram esta proposta de educação para o aluno surdo e a descontinuidade dos investimentos também na área das capacitações aos profissionais, torna-se imperioso redefinir ações e retomar o curso desta proposta de trabalho. Propõe-se fazê-lo a partir deste projeto que objetiva implementar a educação bilíngue no Estado, com acompanhamento da FCEE, desta vez não somente com a criação de turmas ou classes de educação bilíngue, senão com a criação de escolas bilíngues, fundamentadas na filosofia da educação bilíngue e no respeito ao estado de direito do cidadão surdo, resguardado por todas as conquistas legais já alcançadas pelo movimento surdo até o presente instante. A criação de uma educação bilíngue também proposta na atual Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação/MEC.

A pesquisa pretendeu levantar dados referentes ao oferecimento da educação bilíngue nas escolas do Estado, atentando para as ações iniciadas, avaliando o atendimento dos alunos surdos no contexto da escola.

O escopo deste projeto envolveu três escolas da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, abaixo relacionadas, e a escolha deste universo de pesquisa deu-se a partir do perfil destas escolas:

- E.E.F. RUI BARBOSA – 23º GERED – JOINVILLE
- E.E.B. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – 18º GERED – SÃO JOSÉ
- E.E.B. MARECHAL BORMANN – 4º GERED – CHAPECÓ

Para a escolha destas escolas foram considerados o número de alunos surdos e a modalidade de atendimentos existentes na escola. Além desses critérios: todas as escolas selecionadas já haviam implantado a política de educação de surdos proposta em 2004.

Apesar de o projeto estar restrito a três escolas, o objetivo deste é reunir elementos que subsidiem as ações para a inclusão de surdos em perspectivas bilíngues em todas as regiões do Estado.

2. HISTÓRIA DO SURDO NO MUNDO, NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Para entender o presente precisamos saber os movimentos do passado

Na antiguidade os chineses lançavam as pessoas com deficiência ao mar. Nessa época, elas eram vistas como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas e, por isso, eram abandonadas e até sacrificadas. Na Idade Média, no Egito, os surdos eram adorados como se fossem deuses, sendo temidos e respeitados pela população. Até o fim do século XV, não havia escolas para surdos, porque eles eram considerados incapazes de serem ensinados. Conforme Felipe (2001), muitos surdos eram excluídos somente porque não falavam, o que, mostra que para os ouvintes, o problema maior não era a surdez, mas sim a ausência da fala. Muitas pessoas ainda confundem a habilidade de oralizar com a inteligência, o cognitivo do indivíduo. Talvez porque a “fala” esteja etimologicamente ligada ao verbo/pensamento/ação e não ao simples ato de emitir sons articulados.

As primeiras menções da existência do surdo aconteceram em 1500 a.C., na Palestina, onde foram escritos os Mandamentos de Moisés, contendo a lei do povo Hebreu. Já nesses escritos há uma referência ao surdo: “Não amaldiçoarás o surdo, nem porás tropeço diante do cego...” (LEVÍTICO, 19: 44).

Podemos perceber que o surdo era excluído socialmente; no entanto, recebeu do povo Hebreu, por meio de um decreto, o reconhecimento como sujeito humano. Nesse período não foram encontrados registros acerca de sua educação.

Na Grécia Antiga, em narrativas do povo grego, encontra-se uma representação trágica em que nessa sociedade, o surdo representava um sujeito não produtivo, por isso era excluído.

O fundador de Roma, Rômulo, decretou no século 753 a.C. “que todos os recém-nascidos – até três anos – que constituíam um peso para o estado, deveriam ser sacrificados”.

Nessa parte da história, o surdo era considerado um deficiente físico.

O filósofo Aristóteles fez uma relação entre mudez e surdez, porém não acreditava na diferença e nem na participação social do surdo.

No período de 1500 a 1889, podemos citar vários mestres de surdos que se destacaram na educação de surdos, com métodos que foram registrados, sendo que alguns perduram até os dias de hoje. Dentre eles podemos destacar:

Rodolfo Agrícola (século XIV) – argumentava quanto à possibilidade de instruir surdos.

Girolamo Cardomo (1502-1576) – médico italiano que teve um filho surdo. Estudou o ouvido, a boca e o cérebro. Argumentava que o sentido do ouvido (ouvir) e a vocalização da palavra não eram indispensáveis para compreensão das ideias.

Girolamo Acquapendente – professor de anatomia da universidade de Pádua, fez a distinção entre pantomima e o uso que os surdos faziam dos sinais. Disse: “eles são considerados incapazes de se expressar somente porque ninguém os pode compreender”.

Pedro Ponce de Leon (1520-1584) – era um monge beneditino. Foi o primeiro professor de surdos (reconhecido como tal); instruiu Francisco e Pedro de Velasco, irmãos surdos do Conde de Castilha. Ponce de Leon não fez registro acerca de seu método.

Ramirez de Carrión – teve a responsabilidade de educar outros surdos da família do Conde de Castilha, meio século após a morte de Ponce de Leon.

Juan Pablo Bonet (1579-1629) – viveu na Espanha e, com ele, teve início o ensino sistemático. Escreveu o primeiro livro conhecido sobre o ensino de surdos: *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*. Segundo Moores (1987), nesse texto, Bonet defendia tanto o uso da escrita como a ideia de que tutores e pais a empregassem na educação da criança desde cedo. Atribuiu grande importância à existência de um ambiente linguístico rico, além de priorizar o uso do alfabeto manual juntamente com a escrita para o ensino da fala. Defendia que o treino da fala fosse iniciado precocemente. Outros educadores seguiram os passos de Bonet com algumas pequenas diferenças.

Willian Holder (1616-1698) – desenvolveu técnicas específicas de treino de leitura labial, e John Wallis (1618-1703), ao contrário de seus colegas, separava o treinamento articulatório do uso do alfabeto manual; todavia todos eles tinham em comum o fato de privilegiarem a escrita como primeira língua, o que garantia aos surdos o acesso ao poder e à riqueza de sua família, em caso de herança.

Abade L´Epée (1712-1789) – a ele se deve a criação/fundação da primeira escola pública para surdos em Paris. Segundo a tradição, L´Epée iniciou seu trabalho com surdos por casualidade, já com aproximadamente sessenta anos. Além disso, aprendeu a Língua de Sinais com surdos pobres de Paris e utilizou-a em seu método de ensino, que ficou conhecido como Sistema de Signos Metódicos. A sua escola iniciou em 1760, com poucos alunos, mas, em 1785, já contava com 70 estudantes. É, dentre os mestres, o mais querido pelos surdos. De sua escola, saíram importantes professores surdos, além do que ele inaugurou um novo período na história dos surdos.

Samuel Heinecke (1729-1784) – foi fundador e diretor da primeira escola pública para surdos na Alemanha. Em 1754, havia instruído seu primeiro aluno surdo – através da escrita e da língua oral. Seu segundo aluno foi apresentado em público, o que lhe deu notoriedade. Foi criador e defensor do método oral. Mantinha debates e correspondência com L´Epée acerca de controvérsia de seus métodos.

Abade Sicard – diretor do Instituto fundado por L´Epée em Paris a partir de 1791. Considerado, na época, notável autoridade na Educação dos Surdos.

2.1 Período para a Língua de Sinais

Com o início do uso da Língua de Sinais houve uma grande mudança na educação dos surdos. L'Épée tinha aproximadamente 70 anos quando conheceu a Língua de Sinais, mesmo assim foi grande responsável por esta mudança, criando a primeira escola para surdos, com alunos dos arredores de Paris. Na metade do século XVIII, coloca a França como berço da educação institucional e pública de pessoas surdas do Ocidente.

Em 1760, foi fundada a primeira proposta pedagógica baseada nos moldes do antigo regime francês. E em 1791, a escola recebeu o nome de Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, iniciando-se neste espaço o uso da língua de sinais.

Por este método ter apresentado resultados positivos, muitas escolas foram fundadas em vários países, porém não durou muito tempo, pois a Filosofia e a Medicina não acreditaram na capacidade do surdo, iniciando assim o modelo clínico que predominou até o século XIX, em que o valor era a palavra falada, e a normalidade, a pessoa ouvinte. O método que utilizava a Língua de Sinais na visão clínica era inferior e inadequado para a pessoa surda.

Em 1750, o médico alemão Samuel Heinicke foi considerado o fundador do oralismo; este método era considerado o único tratamento educativo para as pessoas surdas. Entre 1929 e 1960, os surdos relatam em entrevistas os horrores e as perseguições que sofriam no uso do oralismo nas instituições onde eram atendidos. Neste período a língua de sinais era banida e proibida nas instituições e nas famílias.

2.2 A história do surdo no Brasil

No Brasil, os primeiros relatos sobre a educação de surdos começam em 1855 com a chegada de Eduard Huet, um jovem nobre de família francesa, que ficou surdo aos 12 anos em consequência do sarampo. Huet formou-se professor no Instituto de Surdos na França. Na sua chegada ao Brasil foi apresentado ao reitor do Imperial Colégio Pedro II, que lhe abriu as portas para fundar a primeira escola de surdos: o Imperial Instituto de Surdos Mudos – na época, o Instituto era um asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino. Eles vinham de todos os pontos do país e muitos eram abandonados pelas famílias. Em 1931, foi criado o externato feminino com oficinas de costura e bordado. Com isso, consolida o seu caráter de estabelecimento profissionalizante, instituído em 1925.

Os anos 50 foram marcados por uma série de ações importantes, como a criação do primeiro curso normal para professores na área da surdez (1951). Neste ano, recebeu a visita de Helen Keller, cidadã americana, surda e cega, cuja trajetória de vida é um exemplo até os dias de hoje. Em 1952, foi fundado o Jardim de Infância do Instituto, e nos anos seguintes criou-se o curso de Artes Plásticas, com o acompanhamento da Escola Nacional de Belas Artes. Em 06 de junho

de 1957, o Instituto passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES. Nesse mesmo ano foi criado o Centro de Logopedia do Instituto, o primeiro do Brasil.

Foi a partir do INES que surgiu da mistura da língua de sinais francesa trazida por Huet, com a língua de sinais brasileira antiga, já usada pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LI-BRAS – Língua Brasileira de Sinais (Felipe, 2001). Como o objetivo do Oralismo era permitir o desenvolvimento da linguagem oral e esse objetivo não chegou a se desenvolver satisfatoriamente devido ao fato de ela não ser plenamente acessível ao surdo, em 1968 surgiu no Brasil a filosofia da Comunicação Total, que combinava a língua de sinais, a língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual. Essa filosofia preconizava que a comunicação deveria ser privilegiada, utilizando todos os canais possíveis. Goldfeld (2002, p.38) revela que:

Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

A filosofia da Comunicação Total privilegia a comunicação e não apenas as línguas, pois o objetivo da comunicação é a interação entre as pessoas; dessa forma valoriza também a família, por estar grande parte do tempo em contato com a criança e possibilitar um universo rico de construção de aprendizagens.

Mas, segundo a mesma autora, o binômio Oralismo x Bilinguismo tende a padronizar uma língua em detrimento de outra. De um lado, o Oralismo tende a igualar a criança surda ao padrão ouvinte, e o bilinguismo tende a igualar a família ouvinte ao padrão surdo. Porém, o aspecto positivo da Comunicação Total em relação às outras duas filosofias é a aceitação das diferenças, da diversidade, pois a filosofia não tende a padronizar, e sim aproximar a comunicação entre a família e a criança.

Há também aspectos negativos que devem ser levados em consideração na filosofia da Comunicação Total, como, por exemplo, o Bimodalismo e o português sinalizado. O português sinalizado é um exemplo da abordagem bimodalista onde a fala e a sinalização são praticadas ao mesmo tempo. Santana (2007, s/p) afirma que o português sinalizado é uma língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados para representar estruturas gramaticais que não existem na língua de sinais.

Portanto, a língua de sinais não é utilizada de forma plena, por não se considerar o fato de ela ser natural. A mesma autora ressalta que muitos profissionais que dizem utilizar uma abordagem bilíngue na teoria ainda estão utilizando a Comunicação Total na prática. É importante ressaltar que a visão da surdez também é diferente, pois na corrente oralista o conceito de surdez se apresenta como perda, como incapacidade física de ouvir; portanto, enxerga o mesmo como deficiente auditivo. O surdo é definido por suas características negativas e sua educação

se converte em terapêutica. Em contrapartida, na corrente gestualista o conceito da surdez tem a ver com o respeito às diferenças, com a aceitação social da diversidade. O surdo passa a ser o indivíduo com identidade formada a partir das experiências visuais. Com base nas abordagens feitas até o momento, é evidente que controvérsias entre as filosofias educacionais para surdos perpassaram todo o processo histórico educacional, mas atualmente é inegável que o bilinguismo é a proposta educacional considerada mais adequada para os surdos, por ser a língua de sinais a única modalidade de linguagem plenamente acessível ao surdo, capaz de contribuir para o seu desenvolvimento integral.

2.3 A história do surdo no Estado de Santa Catarina

Historicamente, a educação do sujeito surdo foi e ainda continua sendo um grande desafio. Muitos movimentos têm sido desencadeados de forma a garantir a formação desse sujeito, conforme podemos constatar em alguns importantes instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Constituição Federal e a Proposta Curricular de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, o processo de educação de surdos teve início na década de 50, com serviços implantados na rede regular de ensino, caracterizando a relevância do papel do Estado neste processo. Além disso, o Estado foi precursor na parceria com os movimentos surdos que surgiram, iniciando na Escola Básica Barreiros Filho, no município de Florianópolis, três salas de alfabetização com deficientes auditivos. A metodologia aplicada aos indivíduos surdos se baseava na utilizada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – oralismo – sendo que a professora que desenvolvia atividades junto a esses alunos recebera habilitação nesta Instituição.

Em 1961, o então governador Celso Ramos se reuniu com os surdos para criar, na Escola que leva o seu nome, o primeiro espaço de educação de surdos em Santa Catarina. Na mesma data, a Secretaria de Educação contratou um professor surdo, Francisco de Lima Júnior, para estruturar a proposta pedagógica a ser ministrada nesta escola, cujo foco principal tinha como objetivo ensinar a língua de sinais e, ao mesmo tempo, garantir aos surdos o acesso à leitura e a escrita da Língua Portuguesa.

Porém, com a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, em 1968, como órgão responsável pela Política de Educação Especial no Estado, alterações significativas ocorreram no processo da educação de surdos. Foram criados serviços específicos com o objetivo de prepará-los para frequentarem o ensino regular.

Durante o ano de 1981, os técnicos da Fundação Catarinense de Educação Especial, responsáveis pelo atendimento aos educandos surdos no Estado de Santa Catarina, receberam assessoria do foniatra Doutor Mauro Spinelli (SP), tendo contato com a filosofia da Comunicação Total. Esse conhecimento provocou na equipe técnica o repensar da sua prática, pois o trabalho que estava sendo desenvolvido por essa equipe, tinha como base o método oral.

Em 1982, a Fundação Catarinense de Educação Especial, órgão responsável pela educação especial em Santa Catarina, adotou a filosofia da Comunicação Total na educação dos portadores de surdez no nosso Estado, fruto de um longo período de estudos.

A partir deste período, a estrutura metodológica utilizada pelo então Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo – SADEA (terminologia adotada neste período) era a utilização de vários métodos; entretanto, a forma de atendimento ao educando surdo no Estado de Santa Catarina permanecia sistematicamente segregada

Com a redemocratização do ensino, que teve início com a deflagração da matrícula compulsória, em 1988, todas as pessoas com necessidades educativas especiais tiveram seu direito assegurado de frequentar os estabelecimentos da rede regular de ensino. Com esta iniciativa, foram implantadas novas salas de recursos para surdos, com o objetivo de dar suporte técnico-pedagógico. Santa Catarina atende, atualmente, 1.553 educandos surdos/deficientes auditivos, matriculados em 157 salas de Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE-DA, distribuídas nas diversas regiões do Estado.

Analisando historicamente o processo da educação de surdos em Santa Catarina, verificam-se poucos avanços, tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, referendados inclusive na pesquisa realizada pela FCEE junto à rede regular de ensino, que teve como objetivo avaliar o processo de integração das pessoas com necessidades especiais, no período de 1988 a 1999 e com a nova Proposta de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina, visa ampliar este número de atendimentos.

Conforme os resultados obtidos na referida pesquisa, constatou-se que muitos aspectos pedagógicos influenciaram negativamente, dentre eles destacamos: o preconceito, a falta de capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos, a rotatividade desses profissionais e a desarticulação entre as instituições.

A década de 90 caracteriza-se como o período de consolidação dos direitos humanos, desencadeando movimentos de emancipação nas mais diversas áreas, baseados nos fundamentos da democracia.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais desenvolvidas mundialmente continuam a articular-se no sentido de promover ações que garantam o cumprimento dos princípios democráticos, com vistas ao exercício pleno da cidadania a que todas as pessoas, indistintamente, têm direito. Exemplo disso é o movimento organizado pela comunidade surda, buscando aperfeiçoar, com políticas sociais, a educação de surdos em Santa Catarina.

A estruturação do Fórum em Defesa dos Direitos dos Surdos propiciou a constituição de uma comissão, designada pela portaria P/11541/SED, de 18/08/00, formada por representantes da Fundação Catarinense de Educação Especial, professores, surdos e pais, com o objetivo de realizar estudos e propor soluções que efetivem o acesso dos portadores de deficiência auditiva ao conhecimento e à profissionalização.

Esta comissão, analisando a realidade atual, percebe a necessidade de redimensionar a política educacional de surdos, entendendo que, para tal, é necessária a interface entre os segmentos institucionais envolvidos nesta problemática.

Nessa perspectiva, o Documento Proposta de Educação para o Educando Surdo em Santa Catarina (2003, p. 25) discorre que a educação formal está atravessando um momento crítico, isto é, a sua escolaridade está defasada tomando como parâmetro os educandos ouvintes. Isto ocorre porque há um fator agravante que é a língua. Entretanto, para que o surdo possa ascender social e profissionalmente, é necessária educação e, se o português for a única língua a ser utilizada em sua escolarização, este já tem bloqueados seus direitos de cidadão.

Nesse sentido, a pesquisa “Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina, no período de 1988 a 1997”, desenvolvida pela FCEE, ratifica as considerações acima, quando pontua a necessidade do desenvolvimento de ações e metas que intensifiquem a escolarização com qualidade dos educandos surdos na rede regular de ensino.

Para tanto, no sentido de garantir uma intervenção eficaz de forma gradual no processo educativo da comunidade surda, proporcionando a todos os educandos do Estado uma educação com qualidade que lhes permita o exercício pleno da cidadania, a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, por meio da Diretoria de Assistência ao Educando e do Centro de Estudos e Atendimento à Deficiência Sensorial – CEADS, respaldada pela política nacional do MEC e subsidiada pela Nova Política de Educação de Surdos de Santa Catarina, “propõe a implantação gradual de cinco Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS no Estado de Santa Catarina”.

Em 2005, o CAS se consolida enquanto Centro de Atendimento da FCEE, sendo ele o responsável em responder por ações na área da educação de surdos em nosso Estado, estando assim até os dias de hoje.

No ano de 2006, a Fundação Catarinense de Educação Especial, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, estabelece a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina. Nela são reafirmados os compromissos e serviços estabelecidos na Política de Educação de Surdos de 2003. Na Política são implantados diferentes programas de atendimento às pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

Na área educacional é estabelecido o Programa Pedagógico, que coordena projetos de investigação metodológica e abrange os seguintes Serviços Educacionais Especializados: Atendimento em Classe – AC, Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE, Serviço Pedagógico Específico – SPE, e Serviço de Atendimento Alternativo – SAA.

3. EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Segundo Lacerda e Lodi (2009), foi a partir da década de 1970 na Suécia que se percebeu que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral. Surgindo então a filosofia bilíngue em Paris no ano de 1979, quando Danielle Bouvet iniciou a sua primeira turma bilíngue, em que a Língua Gestual Francesa foi ensinada como língua materna dos Surdos e a Língua Francesa como segunda língua. Mas o enfoque bilíngue foi introduzido na educação de surdos pesquisados e registrados pela professora francesa em 1981.

O bilinguismo parte do princípio de que o surdo deve dominar, enquanto língua materna, a língua de sinais, e como segunda língua, a língua oficial de seu país.

Numa abordagem educacional, o bilinguismo parte do reconhecimento de que as crianças surdas são interlocutoras naturais da língua de sinais. Sendo assim, ela deve ser ensinada desde a infância como primeira língua. Como afirma Goldfeld (1997), o ambiente linguístico deve ser o mais adequado possível à criança surda, para facilitar a aquisição da língua de sinais e evitar o atraso da linguagem e todas as suas conseqüências, em nível de percepção, generalização, formação de conceitos, atenção e memória. Essa proposta também prevê que a língua oficial de seu país (oral) não seja ignorada, mas deve ser ensinada como segunda língua na modalidade escrita, com o objetivo de tornar o aluno autônomo no seu processo social e vida escolar.

São considerados objetivos do bilinguismo: facilitar a aquisição de conceitos pelo aluno surdo; facilitar a assimilação de conteúdo do currículo básico; respeito à língua natural dos surdos e buscar uma educação que se preocupa com os indivíduos e não somente com os sistemas que precisam ser aprovados.

Segundo Skliar e Quadros (2003), a realidade da educação bilíngue, que vem se construindo em algumas partes do Brasil, está diretamente relacionada a variáveis ligadas aos próprios surdos. Sendo assim, a educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende questões puramente linguísticas. Para além da língua de sinais e do português, esta educação situa-se no contexto de garantia do acesso e permanência na escola. Essa escola está sendo definida pelos próprios movimentos surdos como marca fundamental na consolidação de uma educação de surdos em um país que se entende monolíngue. O confronto se faz necessário para que se constitua uma educação verdadeiramente multilíngue e multicultural.

Portanto, o surdo torna-se bilíngue a medida que lhe é garantido o direito de acesso às duas línguas, utilizando ambas conforme o contexto comunicativo exigido.

4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

As línguas de sinais surgiram da interação entre as pessoas e atendem aos desejos das comunidades de surdos, não havendo restrição nas possibilidades de expressão.

À medida que haja mudanças culturais e tecnológicas vão surgindo novos vocabulários e sinais criados pelos surdos que passam a ser usados pela comunidade surda.

A língua de sinais é uma língua visual-espacial, por isso é denominada de gestual-visual, visto que as informações são recebidas pelos olhos e transmitidas pelas mãos com expressões corporais e faciais, diferente da língua oral que é oral-auditiva, porém elas seguem os mesmos princípios porque tem léxico que é um conjunto de símbolos convencionais e uma gramática, ou seja, um sistema de regras que rege o uso desses símbolos.

O pesquisador Stokoe, em 1960, observou que os sinais eram símbolos abstratos e complexos, com estrutura interior. Investigando a formação de sinais, definiu três parâmetros realizados na formação de um sinal: configuração de mãos, localização e movimento.

Battisson, em 1974, acrescentou um quarto parâmetro que se refere à orientação das palmas das mãos, e, mais tarde, outros estudos incluíram traços não manuais, como expressão facial, movimentos da boca, direção do olhar.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é utilizada pelos surdos do Brasil e apresenta regras na formação e organização desses sinais, tanto no discurso quanto na estrutura das frases. Ela se difere das línguas orais por ser articulada pelas mãos, no espaço, em frente ao corpo.

4.1 Formação de sinais

Os sinais são formados considerando os seguintes parâmetros:

- Configuração de mãos – refere-se às formas das mãos (alfabeto digital) ou formas feitas pela mão dominante ou pelas duas mãos.
- Localização – é o lugar no corpo ou no espaço onde é articulado o sinal.
- Movimento – envolve movimento interno das mãos, pois os dedos se mexem na realização de um sinal, modificando levemente a configuração das mãos. Envolve também movimento de pulso, movimentos direcionais no espaço, até conjunto de movimento do mesmo sinal.
- Orientação das palmas das mãos – é a direção que a palma da mão aponta na produção do sinal.
- Traços não manuais – são: expressão facial, movimento corporal e olhar.

4.2 Aquisição da Língua Brasileira de Sinais

Crianças surdas filhas de pais surdos adquirem a língua de sinais de forma semelhante a que as crianças ouvintes adquirem a língua oral, sendo que os surdos têm acesso ao mundo pela visão e não pela audição.

No entanto, as crianças surdas filhas de pais ouvintes necessitam estar expostas à língua de sinais na escola e na interação com adultos surdos, para apresentarem um processo semelhante ao de crianças surdas filhas de pais surdos.

Segundo a publicação *Orientações Curriculares e Preposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental*, da Secretaria de Orientação Técnica do Estado de São Paulo (2008, p. 27), ao citar Pereira e Nakasato, afirma que é importante que as crianças surdas estejam em contato com a Língua Brasileira de Sinais desde o mais cedo possível, possibilitando, assim, a aquisição de uma língua, pois ela tem as mesmas funções que a língua portuguesa falada tem para os ouvintes. A Língua Brasileira de Sinais deve ser adquirida na interação com os adultos surdos que, ao usarem e interpretarem os movimentos e enunciados das crianças surdas, as insira no funcionamento linguístico-discursivo dessa língua, que não deve ser apresentada como uma lista de vocábulos isolados, mas em atividades discursivas.

De acordo com Tovar (2000), a exposição da criança surda à língua de sinais vai possibilitar o desenvolvimento de sua capacidade de linguagem, a qual permitirá não só a socialização, a construção da realidade, o enriquecimento das suas experiências, o desenvolvimento cognitivo e acadêmico, mas também o crescimento da sua autoestima, tanto individual como coletiva, identificando-se como surdo e como cidadão capaz.

5. ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Considera-se que há duas concepções de linguagem e de língua que estão subjacentes ao ensino da Língua Portuguesa na escola, que são:

- A linguagem é instrumento de comunicação – esta concepção vê a língua como um código, capaz de transmitir ao receptor certa mensagem, em que o texto é visto como simples produto da codificação; para isso basta o conhecimento do código.
- A linguagem é uma forma de interação – possibilita a transmissão de informações, é um lugar de interação humana, constituindo relações sociais, em que os falantes se tornam sujeitos, e o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação.

Nessa concepção a compreensão passa de mera decodificação de mensagem para atividade de produção de sentidos.

Para que haja uma coerência entre a concepção de linguagem como interação e uma concepção de educação é necessária uma mudança de atitude por parte do professor diante do aluno, tornando-se interlocutor e real parceiro, concordando, discordando, acrescentando, questionando, etc.

5.1 Ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos

As crianças ouvintes aprendem a língua majoritária na interação com a família, diferente das crianças surdas que chegam à escola sem uma língua, por serem privadas de vivenciarem situações diárias, tais como conversas com a família, contação de histórias, entre outras, pois tem acesso ao mundo pela visão e não pela audição.

O Decreto N° 5.626, de 22 dezembro de 2005, estabelece que os alunos surdos sejam submetidos a uma educação bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a segunda.

A Língua Brasileira de Sinais para a criança surda é a base para o aprendizado da Língua Portuguesa, uma vez que ela permite não só que a escrita se torne significativa, como também que as crianças surdas constituam seu conhecimento sobre a Língua Portuguesa escrita por meio da observação entre as semelhanças e diferenças com a língua de sinais.

Estudos realizados apontam que a grande dificuldade da compreensão da leitura e produção da escrita pelos surdos era atribuída à surdez, considerando-os pessoas que, por não ouvirem, não entendem o que leem.

Nos últimos anos, há tentativas de mudança na concepção de língua, passando de código

para atividade discursiva, com o objetivo de compreender e produzir textos e não palavras e frases.

O professor deve priorizar o uso da língua pelo aluno e não só o conhecimento das regras, trabalhando a gramática como ferramenta para compreensão do funcionamento da língua.

O ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos numa concepção discursiva da língua trouxe mudanças para a escola. Inseridos na língua em funcionamento, os alunos se constituem interlocutores, usando na interação com colegas e professores, passando a utilizar a gramática quando já estiverem se apropriado da língua.

Os alunos surdos devem estar sempre expostos à leitura e à produção de diferentes gêneros e tipos textuais, em que devem ser vivenciados primeiramente na língua de sinais, por ser a sua primeira língua, e com base nela constituam o seu conhecimento de Língua Portuguesa.

Segundo Tovar (2000), é de suma importância a leitura como principal fonte de informação para a criança surda adquirir a língua majoritária. Isso pode ser conseguido lendo-se para ela contos, escrevendo-lhe bilhetes e cartões, lendo com ela, consultando anúncios, rótulos, etiquetas e livros na sua presença, fazendo-a ver a utilidade da escrita nas atividades da vida diária, como compras e passeios.

De acordo com Pereira (2005), é importante que os alunos surdos leiam muito, até mais que os ouvintes, já que a leitura se constitui como a principal fonte para o desenvolvimento do conhecimento da Língua Portuguesa.

6. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nossos primeiros passos

6.1 Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa teve seu início com a elaboração do projeto de pesquisa e assessoria de Ronice Muller de Quadros, em março de 2009. Depois de concluído, o projeto foi apresentado em maio do mesmo ano ao Corpo Diretivo da FCEE, sendo aprovado sem a necessidade de ajustes. No mesmo mês foi realizado um encontro com as três Gerências Regionais de Educação – GEREDs, tendo como participantes: Criciúma, Joinville e Grande Florianópolis. Estiveram presentes as Integradoras Regionais de Educação Especial e Diversidade e os Gerentes Regionais de Educação, sendo apresentado o projeto para aprovação. Nesse dia, todos aceitaram fazer parte da pesquisa, destacando a necessidade de uma intervenção técnica nos trabalhos desenvolvidos nas escolas.

A próxima etapa foi a apresentação do projeto para as equipes das três escolas pelos pesquisadores. Em todas as reuniões, as Integradoras de Educação Especial e Diversidade estiveram presentes.

Em Joinville, na primeira apresentação esteve a Presidente da FCEE, Rosane Teresinha Jahnke Vailattie, e a Diretora de Ensino Pesquisa e Extensão, Janice Aparecida Steidel Krasniak, da FCEE. Nas outras duas regiões realizaram-se encontros “in loco” em que foi possível esclarecer aos participantes o objetivo desta pesquisa, com a presença da equipe de pesquisadores e Coordenação do CAS/FCEE. Ainda no 2º semestre foram organizados e aplicados os primeiros protocolos iniciais, bem como a realização de duas capacitações que depois serão detalhadas.

Em razão da falta de compromisso e participação da EEB São Cristóvão da GERED de Criciúma, que se negou em participar das capacitações, tivemos a necessidade de alterar uma das escolas participantes, iniciando ao final de 2009 os trabalhos com a EEB Marechal Bormann, em Chapecó.

Ainda em 2009 foram realizadas observações “in loco” pelos pesquisadores na EEB Rui Barbosa em Joinville e na EEB Nossa Senhora da Conceição em São José.

Já em 2010 os trabalhos começam a se intensificar, bem como as capacitações. Tivemos a necessidade de rediscutir o projeto de pesquisa na EEB Marechal Bormann, em virtude de algumas dúvidas apresentadas, como: a responsabilidade da escola no projeto, participação das famílias, mudanças atitudinais, entre outros aspectos. Também retornamos às escolas para acompanharmos os trabalhos realizados e auxiliarmos no planejamento das alterações necessárias. Foram realizadas duas capacitações para Instrutores de LIBRAS, formação básica aos Professores

Intérpretes, português como segunda língua e encerrando 2010 com a Oficina de Interpretação nas diferentes linguagens. Também no 2º semestre de 2010 foram aplicados os protocolos de fechamento. Em 2011, os trabalhos ficaram voltados à escrita do relatório de pesquisa.

Cabe enfatizar que nesses dois anos sempre se procurou discutir junto à Secretaria de Estado da Educação aspectos pertinentes à gestão escolar, bem como a necessidade de alterações na Política da Educação de Surdos e perfil profissional dos profissionais envolvidos na educação de surdos.

Em 2010 conseguimos definir junto à Secretaria de Estado da Educação que os alunos das turmas bilíngues frequentassem o SAEDE-DA para intensificar a aprendizagem da LIBRAS, como também direcionar os atendimentos dos Instrutores de LIBRAS.

Em 2011 foi possível disponibilizar junto à rede estadual de ensino o profissional Segundo Professor Bilíngue. Este profissional tem a função de mediar, por meio da LIBRAS, o processo de elaboração de conceitos científicos que compõe os conteúdos curriculares das diversas disciplinas, este vem atender à necessidade do elo de comunicação do aluno surdo em turmas com ensino em português, tendo em vista que já não possuímos matrícula suficiente de alunos surdos para formação de turmas bilíngues e por entendermos que, como este aluno ainda não tem a LIBRAS, não seria responsabilidade do Intérprete de LIBRAS esta função.

6.2 Capacitação desenvolvida

As necessidades de capacitação foram elencadas no momento da elaboração do projeto de pesquisa. Estas foram desenvolvidas em uma ação conjunta da Gerência de Capacitação, Extensão e Articulação com o Centro de Capacitação dos profissionais da Educação e Atendimento a Pessoas com Surdez.

2009

Curso: Ensino de LIBRAS na escola para surdos e para ouvintes – Nível I

Docente: Rodrigo Rosso Marques

Data: 21/09/09 a 25/09/09

Carga Horária: 40 horas

Perfil: Instrutores de LIBRAS da rede estadual de ensino

Total de participantes: 24

Curso: Português como segunda língua – Nível I

Docente: Maria Cristina da Cunha Pereira

Data: 26/10/09 a 30/10/09

Carga Horária: 40 horas

Perfil: Professores bilíngues e de SAEDE-DA da rede estadual de ensino

Total de participantes: 53

2010

Curso: Português como segundo língua – Nível II

Docente: Maria Cristina da Cunha Pereira

Data: 07/06/10 a 11/06/10

Carga Horária: 40 horas

Perfil: Professores bilíngues e de SAEDE-DA da rede estadual de ensino

Total de participantes: 40

Curso: Fundamentos da Interpretação I (esta capacitação foi oferecida em 4 oficinas, com datas e grupos diferenciados).

Docente: Willian Aaron Rudner

Data: 12/07/10 a 14/07/10 – 20 horas – 25 participantes

14/07/10 a 16/07/10 – 20 horas – 21 participantes

13/09/10 a 15/09/10 – 20 horas – 25 participantes

15/09/10 a 17/09/10 – 20 horas – 25 participantes

Perfil: Professores intérpretes de LIBRAS da rede regular de ensino

Curso: LIBRAS para crianças surdas

Docente: Dra. Karin Lilian Strobel

Data: 17/05/10 a 20/08/10

Carga Horária: 80 horas

Perfil: Instrutores de LIBRAS da rede estadual de ensino

Total de participantes: 24

Curso: Oficina de treinamento de Expressão Corporal e Facial – Treinamento para Linguagem de Sinais

Docente: Marco Antonio Arriens

Data: 06/12/10 a 10/12/10

Carga Horária: 46 horas

Perfil: Professores bilíngues e professores intérpretes da rede estadual de ensino

Total de participantes: 51

6.3 Dados descritivos de cada escola e resumo de protocolos

Descrevendo o cenário

Apresentaremos a seguir a descrição dos trabalhos realizados em cada escola, conforme observação *in loco* e dados coletados nos protocolos.

Neste momento ainda não estaremos apresentando a análise destes dados pela equipe de pesquisadores, porém apresentamos algumas impressões e orientações das observações realizadas nas escolas.

6.3.1 Escola de Educação Básica Marechal Bormann

Município de Chapecó

A escola funciona com uma instalação física antiga, as salas de aula são organizadas por disciplinas (salas ambientes). De um modo geral, as salas são amplas e quase todas possuem televisão e vídeo. Não há biblioteca na escola, os livros ficam dispostos em estantes e cada tema fica na sala em que essa disciplina funciona. Há uma sala de informática aparentemente com bons computadores, com conexão à internet, sendo climatizada.

A sala do SAEDE fica em uma parte afastada das demais salas, é pequena, com uma divisória, não possui materiais adequados, não há nada que indique que ali é realizado atendimento a alunos surdos. Nessa sala ainda funciona a turma bilíngue: uma turma multisseriada, com alunos de primeira, segunda e terceira séries.

Quanto à receptividade do projeto pela comunidade escolar: fomos bem recebidos e a diretora relatou que a equipe da escola estava ansiosa para participar da pesquisa, apesar de não conhecer muito bem o projeto, pois essa escola somente neste momento (novembro/2009) começou a participar no projeto.

Os profissionais que trabalham na escola foram bem receptivos. Não tivemos problemas em retirar alunos de sala para realizarmos as filmagens; em alguns casos em que o aluno estava em prova, os professores aceitaram que esses alunos fizessem as provas depois das filmagens.

Na apresentação do projeto, a grande maioria da equipe escolar estava presente; apenas alguns profissionais que trabalham em outras escolas nesse horário não puderam participar, mas vieram perguntar sobre o projeto e lamentaram não poder estar na apresentação.

Tivemos a presença da Integradora de Educação Especial e Diversidade Cláudia e do Gerente Regional de Ensino. Os profissionais participaram, fizeram alguns questionamentos, pedido

de capacitação, pois muitos ainda tinham dificuldades em preparar materiais e atividades que envolvam alunos surdos e ouvintes.

Na oportunidade foi possível observar o trabalho na sala do SAEDE, onde a professora comentou que não sabe bem qual o seu papel, pois estavam trabalhando com reforço escolar e ajudando os alunos nos trabalhos escolares. Nesse momento, ela já foi orientada a ler o Programa Pedagógico, onde explica exatamente qual a função do professor do SAEDE-DA.

Na mesma escola foram iniciadas as filmagens dos protocolos para os alunos surdos, sempre com a autorização do professor que estava em sala. Em todas as turmas foi pedida autorização e explicado para todos os alunos e professores qual o objetivo da atividade a ser realizada.

Análise dos Protocolos Iniciais

Diretora – A diretora demonstra ter um bom conhecimento dos assuntos referentes à educação de alunos surdos. Tem entendimento do que significa ser “Bilíngue” e/ou “Conviver num espaço Bilíngue”. Ela ainda destaca que muitos profissionais estão ansiosos para começarem a perceber os resultados, mas sabe que é preciso ter paciência e persistência. Ela ainda destaca que no início foi complicado, pois a escola começou a receber os alunos surdos e a participar da proposta sem muitas orientações. Ela comenta ainda que estão previstos cursos de LIBRAS e de capacitação para os professores com o objetivo de melhorar a convivência e a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Ainda há muito a fazer para realizar de fato a inclusão dos alunos.

Professores Bilíngues – Devido a um problema técnico, os CDs com as gravações das respostas dos alunos surdos da turma bilíngue não podem ser analisados.

Professores de Disciplinas – A grande maioria dos professores reclama da falta de capacitação na área da surdez. Muitos profissionais ainda trabalham com métodos tradicionais e usando pouco ou nenhum recurso visual. A grande maioria dos professores não conhece a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS e, talvez por esse motivo, muitos não conseguem modificar ou diversificar sua metodologia.

Percebe-se uma dificuldade de relacionamento entre professores e intérpretes (convívio). O repasse de material com antecedência é difícil e os papéis do professor e do intérprete na sala muitas vezes são confundidos.

Intérprete – Relatam as dificuldades que tem em receber o material das aulas com antecedência. Eles reclamam da falta de tempo para sentarem com os professores das disciplinas para poderem planejar e organizar metodologias para uma melhor compreensão dos alunos surdos. A grande maioria dos intérpretes tem um bom domínio da LIBRAS. Os profissionais sugerem que os professores usem mais materiais visuais durante as aulas. Os intérpretes das turmas de 5ª a 8ª série

dizem que os alunos menores ainda não têm um bom domínio da LIBRAS, dificultando um pouco a compreensão dos conceitos.

Servidores – Não têm muito conhecimento do que é ser surdo ou o que seja espaço bilíngue.

Professores do SAEDE-DA – A professora demonstra ter um bom domínio da LIBRAS e tem uma boa compreensão do que é ser surdo e o que é um espaço bilíngue. Ela relata que necessita de um espaço físico maior para poder realizar os atendimentos no SAEDE-DA, pois onde o atendimento está sendo realizado no momento é muito pequeno, dificultando o agrupamento dos alunos. Ainda quanto à carga horária, ela sugere que seja ampliada de 20 horas para 40 horas semanais para que um número maior de alunos possa receber atendimento, pois, no momento, há um número significativo de alunos sem receber o atendimento por falta de horários para o atendimento.

Pais/responsáveis – Alguns pais não sabem a causa da surdez de seus filhos. Os pais pedem melhores condições para que seus filhos possam estudar em espaço físico adequado, no caso da sala de SAEDE-DA utilização de matérias visuais. A maioria dos pais não conhece e/ou não usa a LIBRAS na comunicação com seu filho, somente gestos caseiros. Mas a grande maioria aceita que seus filhos recebam a educação em LIBRAS e gostam dos resultados que estão alcançando.

Alunos ouvintes – Gostam de estudar juntamente com os alunos surdos. Têm vontade de aprender a Língua de Sinais. A comunicação é difícil por serem duas línguas distintas, mas eles tentam por meio de alguns sinais que conhecem de gestos ou pedem auxílio para o intérprete. Não veem a diferença entre surdos e ouvintes, quando se referem ao aprendizado na sala de aula.

Os alunos das séries finais do ensino fundamental (5^a a 8^a) têm uma integração maior com os alunos surdos, pois não têm vergonha de se comunicarem. Já os do ensino médio têm uma maior dificuldade, porque têm vergonha ou acham mais fácil simplesmente cada um ficar com seu grupo (surdos de um lado e ouvintes de outro).

Alunos surdos – Devido a um problema técnico com a filmadora, os CDs com as gravações das respostas dos alunos surdos da turma bilíngue, não podem ser analisados.

Instrutores – Denominam-se capazes para atuarem na área como agente multiplicador e disseminarem o conhecimento em sala de aula.

As maiores dificuldades encontradas em seu trabalho são os alunos, que por não possuírem uma identidade definida, têm certas barreiras para explicar a sua subjetividade com o surdo e também a questão da oralidade, por não terem contato com outros surdos, dificultando a aquisição de uma identidade surda. Ainda a falta de cursos de capacitação na área de LIBRAS e

formação continuada na área de educação para atuar como docente.

Quanto aos cursos realizados, a instrutora relata que já fez cursos oferecidos pela FCEE, com o professor Rodrigo Rosso. Ela já participou de cursos sobre educação, mas não direcionado à educação de surdos e de português como segunda língua (L2).

Ela relata que elabora seu planejamento escolhendo um tema; após elabora as estratégias de conversação. Com os alunos maiores é mais fácil trabalhar, mas com os pequenos é necessário ter muita paciência, pois eles dispersam com muita facilidade.

Nos trabalhos realizados em grupos com alunos ouvintes, os professores das turmas permanecem em sala para aproveitarem a aprendizagem da língua juntamente com os alunos.

Nos trabalhos com os alunos no SAEDE, a instrutora relata que trabalha o reforço nas dificuldades, dando conceitos dos sinais que eles não conhecem e também criando sinais.

Tem como materiais de apoio a caixa azul, dicionário CAPOVILLA, jogos de configuração de mãos e jogos criados por ela. Na parte teórica desenvolve atividades para que os alunos aprendam sobre cultura surda e identidade surda.

Ela ministra cursos de LIBRAS básicos para a comunidade escolar, mas nunca foi docente em cursos de formação de instrutores.

Quanto à avaliação, a instrutora não compreendeu a pergunta, ela confundiu avaliação com prova. Ela conta com a ajuda dos intérpretes nas reuniões e conversas com a direção, relata ainda que tenha intérpretes bons e ruins, e reclama que muitas vezes ficam separados (convivência), mas não tem sugestão para melhorar. Na escola ela ainda lembra que os alunos surdos e ouvintes ficam em grupos separados. Talvez por fazerem os trabalhos sempre separados, não criaram o hábito de conviverem juntos.

Para ela, o ensino bilíngue e ou escola bilíngue é o ensino do português como segunda língua para os surdos.

No início do ano de 2010 retomamos os trabalhos da pesquisa. Nos dias 03, 04 e 05 de maio, estivemos na escola para realizar observações dos trabalhos desenvolvidos nesta unidade escolar, sobre a Pesquisa de Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina. Nesse contexto observamos que:

Turmas de 5^a a 8^a série EF e do 1^o ao 3^o ano

As salas de aula são amplas e claras, um ambiente propício ao desenvolvimento de um bom trabalho; porém, necessita de uma reorganização de seus espaços, como disposição dos móveis (armários, computadores e/ou excesso de cartazes e mapas), que interferem no trabalho dos intérpretes e dificultam a visão dos alunos surdos. Esta reorganização facilitará a compreensão do contexto, já que os surdos são visuais e o excesso de informações atrapalha a atenção.

Os professores dificilmente se dirigem diretamente aos alunos surdos; há certa dificulda-

de em compreender que os alunos surdos fazem parte da turma e não são de responsabilidade do intérprete. Os alunos ouvintes também têm dificuldades em se dirigir diretamente aos alunos surdos. Sempre que necessitam falar, pedem para que o intérprete pergunte algo (usando a 3ª pessoa) e não se dirigem diretamente ao aluno. Somente há algum diálogo quando o aluno ouvinte conhece a língua de sinais. Nos intervalos há um bom relacionamento entre alunos surdos e ouvintes, muitos já estão tendo um bom domínio da LIBRAS e a comunicação está fluindo. Há alunos surdos em todas as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, ficando assim distribuídos:

- 5ª série com 4 alunos/as surdos/as;
- 6ª série com 4 alunos/as surdos/as;
- 7ª série com 5 alunos/as surdos/as;
- 8ª série com 2 alunos/as surdos/as e dois alunos/as que fazem dependência em matemática;
- 1ª série ensino médio com 1 aluno/a surdo/a (matutino);
- 1ª série ensino médio com 2 alunos/as surdos/as (noturno);
- 2ª série ensino médio com 6 alunos/as surdos/as (matutino);
- 3ª série ensino médio com 4 alunos/as surdos/as (matutino);
- 3ª série ensino médio com 2 alunos/as surdos/as (noturno);

A grande maioria dos professores desconhece as especificidades da educação de alunos surdos, não utilizam recursos visuais em suas aulas, bem como não fazem adaptações nos conteúdos e/ou provas, sendo necessária uma orientaçãocurso de capacitação para esses profissionais.

Turmas Bilíngues: 4ª série e 2ª e 3ª séries (multisseriada)

A turma bilíngue da 4ª série é composta atualmente por quatro alunos surdos. A professora ministra as aulas em LIBRAS e no português escrito, porém relatou que os alunos estão com os conteúdos defasados, mas que está trabalhando para que essa defasagem diminua e eles possam acompanhar os mesmos conteúdos de uma 4ª série de alunos ouvintes.

Essa turma divide o espaço físico com a turma da 2ª e 3ª séries multisseriada, as salas são divididas por uma cortina que, segundo a direção da escola, irá ser substituída por uma divisória que já foi providenciada. A sala é pequena, porém está bem organizada, sem muitas informações, como excesso de cartazes. Os alunos dessa turma também estão com defasagem nos conteúdos. A professora está trabalhando com os conteúdos de alfabetização, pois os alunos ainda estão aprendendo a ler e escrever.

A instrutora está auxiliando a professora dessa turma, pois esta ainda não tem um bom

domínio da língua de sinais – LIBRAS. Os alunos dessa turma (4 alunos) também não dominam a LIBRAS, mas estão se esforçando para aprender.

Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE-DA

A sala onde o SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado) está funcionando é muito pequena, de aproximadamente 2x2 m. Local onde a professora só pode atender no máximo três alunos por horário. É uma sala que fica afastada das demais dependências da escola e ainda há um armário que é utilizado por outros professores, os quais interrompem os atendimentos para pegarem objetos guardados dentro deles. Nessa pequena sala há três carteiras para atendimento dos alunos, uma máquina de xérox, um armário com diversos materiais (uma parte é da sala do SAEDE e o restante de dois professoras do ensino regular) e uma pequena mesa para a professora. O espaço que sobra é restrito, dificultando a circulação. Esse espaço reduzido limita muitas vezes a professora, fazendo com que ela deixe de aplicar atividades mais lúdicas e passe a trabalhar mais com métodos tradicionais.

Tendo em vista todos esses problemas, faz-se necessária a revisão desse espaço, para que o trabalho possa se desenvolver de uma forma mais tranquila e sem interrupções. Para um bom aprendizado é necessária concentração nas atividades, espaço para realização de tarefas e até exposição do que é produzido pelos alunos (um incentivo a produzir cada vez mais e melhor).

Em outubro do mesmo ano foi realizada reunião com toda escola, com a presença da pesquisadora Jeane Rauh Probst Leite e a Supervisora de Atividades Extensivas da Fundação Catarinense de Educação Especial, Edite Sehnem, em função de alguns questionamentos da unidade escolar em relação ao projeto de pesquisa, como: escola polo, facilidades e dificuldades, gestão escolar, falta de recursos materiais e financeiros, orientação técnica a professores, entre outros assuntos. A reunião foi muito importante para esclarecer aspectos referentes à educação bilíngue para alunos surdos.

Ainda em 2010, no período de 22 a 24 de novembro, estivemos na escola para aplicação do protocolo de fechamento e últimas orientações. Novamente fomos bem recebidos pela direção da escola, porém percebemos certa indiferença por parte de alguns professores, o que não nos impediu de realizarmos as atividades planejadas. Ao final das atividades foi realizada reunião com a direção da escola para a proposta de mudanças para o próximo ano e as dificuldades encontradas com a equipe escolar.

Análise dos Protocolos de Fechamento

Diretora – Percebe a necessidade de já no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola garantir a todos os alunos o acesso à LIBRAS, a capacitação ao grupo de professores e de disponibilizar mais

recursos pedagógicos para facilitar o aprendizado. Percebe também a necessidade dos professores de dispor de tempo para elaboração de materiais adaptados às necessidades. Percebe melhoras na educação de surdos, porém ainda é necessário rever a avaliação e adequação curricular.

Professores Bilíngues – Enfatizam que as capacitações forneceram conhecimentos e estratégias para o trabalho desenvolvido em sala; percebem a interação entre alunos surdos e ouvintes, sentem a necessidade de troca com os outros professores da sala e de materiais específicos para educação bilíngue, de terem mais materiais em sala para que os alunos possam visualizar as situações que o professor está explicando, pedem que seja mantida a capacitação.

Professores de Disciplinas – Percebem uma boa socialização entre alunos surdos e ouvintes, principalmente pelo fato de participarem de aulas de LIBRAS, porém ainda têm muita dificuldade nas questões metodológicas e na avaliação, como fazerem com que os alunos surdos entendam o conteúdo ministrado; relatam dificuldades com relação ao espaço físico, e sentem a necessidade de troca entre os professores, que os auxiliassem a elaborarem materiais didáticos adequados; porém percebem que, para isso o tempo é insuficiente. Sugerem a elaboração de materiais que ajudassem os alunos surdos a compreenderem melhor a simbologia relacionada com as palavras históricas; apontam a necessidade de capacitação.

Intérpretes – Relatam que o trabalho do intérprete poderia ser mais bem explorado, deveria haver trocas entre o professor da disciplina em momentos de planejamento com professor intérprete; percebem-se como ponto de referência na interação dos alunos surdos com ouvintes; descrevem que precisam melhorar seu conhecimento da LIBRAS; reconhecem um certo distanciamento entre eles e surdos adultos; sentem como dificuldade em seu trabalho a falta de conhecimento por parte dos alunos da LIBRAS, e pedem capacitação em técnicas de interpretação e sinais de vocabulário específico.

Professores do SAEDE-DA – Relatam a melhora do trabalho com a capacitação recebida, mas solicitam mais capacitações; relatam a dificuldade de tempo para orientação e troca com professores das disciplinas, falta de articulação com professores intérpretes.

Alunos surdos – Assim como nos protocolos aplicados inicialmente, os alunos relatam a dificuldade na comunicação com os alunos ouvintes e destacam a importância da LIBRAS como aprendizado, não somente como interação e integração dentro de sala de aula, mas também em toda a escola. Relatam que seria interessante que os professores soubessem pelo menos o básico para uma comunicação em LIBRAS, pois assim os alunos não necessitariam da presença do intérprete a todo o momento, e qualquer coisa que precisassem se comunicariam direto com os profes-

res. Essa dependência seria desnecessária se os professores soubessem o mínimo da língua. Até mesmo destacaram que se esse aprendizado por parte dos professores ocorresse no caso de o intérprete faltar à aula, o professor conseguiria mediar o ensino e manter a comunicação, mesmo que básica, mas necessária para orientá-los.

Instrutores – Percebem a melhora de seu trabalho após sua participação nas capacitações; relatam a necessidade de mais materiais em LIBRAS, com imagens e jogos; têm notado avanço no aprendizado dos alunos e melhora na relação entre aluno e professor e aluno e aluno; alguns alunos ainda não conhecem muito a LIBRAS, o que dificulta sua aprendizagem e causa certa independência, dependendo do intérprete muitas vezes, sugerem a inclusão da disciplina de LIBRAS para toda escola.

6.3.2 Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Conceição

Município de São José

O trabalho começou nesta escola com a palestra para apresentação do projeto de pesquisa em 2009. Tivemos dificuldades em aplicar de imediato os protocolos devido à troca de alguns pesquisadores que, nesse momento, eram responsáveis por esta escola. Somente foi possível aplicar estes protocolos em 2010.

A equipe da pesquisa foi recebida pela Diretora e pela Assessora de Direção, que, apesar de já terem conhecimento da pesquisa, estavam um pouco surpresas com a presença de nossa equipe na escola, dando a entender que não estavam cientes das etapas desta pesquisa. Porém, nos conduziram até a primeira turma para darmos início à entrega dos protocolos de levantamento de dados dos professores, servidores, intérpretes, direção, alunos ouvintes, e professores/instrutores de SAEDE.

Em cada um desses grupos foi explicado de maneira rápida e resumida o que seria feito, e o objetivo dessa pesquisa, bem como o teor desses protocolos, pois o tempo era curto e a reunião já havia sido feita anteriormente onde todas as escolas estavam presentes. Alguns professores se mostraram um pouco invadidos na sua aula, mas não impediram o desenvolvimento do trabalho. Retornamos em outro momento para iniciarmos a filmagem dos protocolos dos alunos surdos, sendo estes feitos pela instrutora, filmados pelo intérprete e mediado pela pedagoga.

A escola tem uma dinâmica diferenciada, trabalhando com salas ambientes, sendo que os alunos é que saem da sala na troca da disciplina, com exceção da sétima série bilíngue que, por ter um aluno que faz uso de cadeira de rodas, não faz o rodízio de salas. Essa turma permanece sempre na mesma sala e os professores é que fazem esse rodízio.

Quanto à acessibilidade, a escola não dispõe de rampas de acesso para pessoas com difi-

culdades de locomoção, causando algum constrangimento ao aluno que necessita ser transportado por seus colegas e professores.

As salas de aula são bem grandes e arejadas, porém com número muito grande de alunos e disposição tradicional das carteiras e mesas. Em todas as salas há livros das respectivas disciplinas à disposição dos alunos, para que estes possam fazer estudos e pesquisas mais facilmente.

A sala de informática é grande e com equipamentos em bom estado, onde o professor trabalha de forma dinâmica e procurando incluir os alunos surdos no processo.

As salas de SAEDE são pequenas e uma delas é totalmente inadequada, além de muito pequena, com pouca iluminação e ventilação, dificultando o trabalho com grupos maiores. Essas salas possuem pouco material adequado para o trabalho e ficam em local um tanto inadequado e dispersivo.

Não foi observada nenhuma placa de identificação em LIBRAS ou materiais visuais bilíngues, nem sinalizadores de avisos e chamadas, o uso de pedagogia visual, a construção de significados a partir de conhecimentos prévios e as experiências dos alunos, bem como relatos feitos pelos alunos surdos por meio da LIBRAS, ou questionamentos dos professores sobre o que os alunos entenderam do assunto trabalhado, que assegurassem a autonomia e plena participação do aluno surdo em todos os segmentos da escola.

As metodologias e estratégias utilizadas pelos professores ainda é tradicional; matéria exposta no quadro para ser copiada pelo aluno, explicada pelo professor e após são feitos exercícios escritos ou deveres para casa.

Os professores, de um modo geral, reclamam mais atenção por parte do poder público a respeito de capacitações, ajudas e trabalho específico para os alunos com deficiência. A grande maioria também desconhece o processo de aprendizagem do aluno surdo, suas especificidades, manias e necessidades de privilégios, agindo de maneira incorreta com eles.

Análise dos Protocolos Iniciais

Diretora – Apresentou pouco conhecimento sobre educação bilíngue, mas relata que, por meio do Projeto Político Pedagógico, busca garantir acesso e condições didático-pedagógicas para o aprendizado dos alunos surdos. A comunicação entre surdos e ouvintes é mediada por intérpretes, e que os alunos tentam se comunicar por meio da LIBRAS e gestos. Alega que a educação de surdos é de boa qualidade, porém reclama da falta de recursos e espaço físico adequado.

Professores Bilíngues – (apenas uma respondeu) – Trabalha há quatro anos na educação de surdos, cita como dificuldade a falta de material pedagógico, tem um ótimo domínio da LIBRAS, até por ser mãe de uma surda, tem bom domínio da Língua Portuguesa, tem conhecimento sobre ambiente bilíngue, escola bilíngue e educação bilíngue; sente a necessidade de ter materiais e

metodologias diferenciadas na educação de surdos e ouvintes; aponta a falta de ensino da LIBRAS de uma forma mais direcionada a alunos e família, a falta de uma coordenação pedagógica na escola para discutir melhor e propor novas estratégias na educação de surdos, e na sua visão não existe envolvimento dos outros professores nesta proposta.

Professores de Disciplinas – Todos são ouvintes, encontram dificuldades, a maioria reclama da falta de material pedagógico, relacionamento professor/família, falta de capacitação específica em LIBRAS; consideram seu domínio de LIBRAS insuficiente, já o domínio da Língua Portuguesa consideram bom. A maioria não sabe descrever corretamente o que é um ambiente, educação e escola bilíngue. Consideram importante a presença do intérprete em sala, bem como de metodologias e materiais didáticos próprios para alunos surdos. Sugerem a redução do número de alunos ouvintes em sala e mais tempo para prepararem aulas visuais. Percebem a comunicação entre surdos e ouvintes interessante e natural, e reclamam da falta de apoio para que a educação bilíngue aconteça de fato.

Intérpretes – não responderam ao protocolo.

Servidores – (apenas uma respondeu) – Não tem conhecimento de LIBRAS, porém tem interesse em aprender, se comunica por gestos, gritos e toque; para ela, educação bilíngue é ter intérprete; ambiente bilíngue é uma sala que fala dois idiomas. Escola bilíngue é onde todos se dão bem, sem discriminação.

Professores do SAEDE-DA – Têm conhecimento sobre educação bilíngue, possuem conhecimento sobre seu trabalho; alegam que a comunicação entre surdos e ouvintes é informal, com uso de gestos não formais; os professores têm pouco conhecimento de LIBRAS, que dependem do intérprete para se comunicarem com os alunos; necessidade de espaço físico mais adequado.

Pais/responsáveis – A grande maioria são ouvintes, não são fluentes em LIBRAS, utilizam LIBRAS, gestos e oralidade para se comunicar com seus filhos; entendem por educação bilíngue aquela em que os alunos utilizam duas línguas para se comunicarem. Relatam que estão satisfeitos com a proposta, porém alegam que falta acessibilidade arquitetônica na escola, necessidade de mais profissionais qualificados na área da surdez e também em outras áreas, como a psicologia, devido a problemas de comportamento no dia a dia. Não apresentam sugestões para educação bilíngue.

Alunos ouvintes – A maioria se sente bem estudando em turma com alunos surdos, pois aprendem uma nova língua e têm oportunidade de ajudá-los; sugerem profissionais mais qualificados e cursos de LIBRAS para eles e para os outros alunos. Consideram boa a interação entre ouvintes e

surdos, mas falta a aula de LIBRAS. Sua comunicação se dá por LIBRAS, escrita e gestos e também com a ajuda do intérprete. Consideram importante a presença do intérprete na sala, pois os alunos surdos precisam entender o conteúdo por meio da LIBRAS. A metade dos alunos relata que ambiente bilíngue é um lugar onde se fala duas línguas.

Alunos surdos – A maioria dos alunos relata que a bagunça e a conversa dos ouvintes atrapalham bastante em sala de aula, pois os professores precisam parar a explicação para chamar a atenção deles e isso corta o entendimento do assunto e também o raciocínio do intérprete. Também reclamam da falta de conhecimento de LIBRAS. Sentem a necessidade de ter cursos e livros para adquirirem melhor a LIBRAS; sua comunicação com ouvintes é por meio da LIBRAS, gestos e escrita. Admitem dificuldades no português e atribuem isso à estrutura da LIBRAS. A grande maioria aponta a matemática como a disciplina de que mais gostam; apontam a necessidade de melhoria de espaço físico da escola, do aprendizado da LIBRAS pelos professores e na melhor qualificação do professor intérprete.

Instrutores – (A escola possui somente um instrutor) – Não possui muito entendimento sobre o que é educação bilíngue, participa das capacitações, sente-se preparada para seu trabalho, tem um pouco de dúvidas sobre sua função; diante disso tem dificuldades em realizar seu planejamento. Considera o espaço físico inadequado e a comunicação entre surdos e ouvintes é razoável; percebe a necessidade de mais cursos de LIBRAS para ouvintes e para toda escola.

Na mesma escola foi realizada, ao final de 2010, a observação do atendimento nas diferentes séries e serviços. Iniciamos a observação na turma da quinta série do ensino fundamental, com 32 alunos, destes, seis eram surdos, contando com a presença de um intérprete no período matutino. Pudemos perceber que a interação entre ouvintes e surdos está em processo de construção, pois poucos são os alunos ouvintes e professores que têm algum conhecimento de LIBRAS, e também a respeito do que é ser surdo, suas implicações e necessidades.

A sala estava bastante cheia e disposta em grupos de 4 alunos, e o quadro negro, situado na parede do lado direito da sala, dificultando a visualização dos alunos, tomando um tempo muito grande nesse processo, prejudicando os alunos surdos que, por desconhecerem algumas palavras, ficavam pensando, e com isso demoraram ainda mais.

A professora, ao fazer a chamada dos alunos, omitiu o nome dos alunos surdos, chamando só os ouvintes, como se só estivessem 26 alunos presentes, privando-os da construção de identidade e autonomia.

Observamos também a turma da oitava série do ensino fundamental, no período vespertino, na disciplina de matemática, com a presença da intérprete. O grupo era composto por 23 alunos, destes, três eram surdos.

O espaço da sala era bom, visto que o grupo era pequeno e facilitava a proximidade da

professora aos alunos e até o uso de estratégias diferenciadas. A professora estava passando matéria no quadro e os alunos copiando, porém faziam muito barulho e brincadeiras, demorando muito tempo para copiar. A intérprete estava sempre mediando e explicando a tarefa para os alunos surdos, sentando com cada um deles para ajudá-los, porém não podemos concluir que eles conseguiram assimilar os conteúdos. Nessa turma, podemos observar que os alunos ouvintes faziam muito barulho, falavam muito alto, não tinham respeito pelo professor nem pelos colegas, fazendo piadas, rindo e brincando o tempo todo. Os alunos surdos, sem saberem o que estava acontecendo, ficavam olhando, curiosos sem entender nada. Esse ambiente se torna prejudicial para o aluno surdo, pois não dava condições à professora de modificar sua prática pedagógica, que facilitaria muito o seu aprendizado.

Em outra turma, o professor tentava fazer a explicação do assunto, com muita dificuldade, sem domínio da turma. Não conseguia impor limites, nem organização. Dessa forma, os alunos surdos não conseguiam prestar atenção na intérprete, desviando a atenção para os colegas. Observamos também que a intérprete tinha pouco conhecimento de LIBRAS, fazendo uma interpretação precária, não dando conta de repassar o conteúdo na íntegra, e também, naquele momento, ela estava mais voltada para um aluno surdo, parecendo ignorar a outra aluna, que ficava ainda mais alheia aos conteúdos.

Observamos também as turmas bilíngues. A proposta dessas turmas é o ensino em LIBRAS. Foram trabalhadas todas as disciplinas de quarta série, de forma mais visual, com propostas mais diferenciadas da turma regular. A professora conseguia manter uma disciplina e organização da turma, expondo os conteúdos no quadro e explicando em LIBRAS o que significava e como deveriam executar a tarefa. Todos os alunos copiaram a tarefa com muito silêncio, solicitando o auxílio da professora ou fazendo alguma pergunta.

A sala era bem ampla e arejada, com boa luminosidade, bem organizada, facilitando uma proposta de trabalho mais dinâmica. A professora utilizava estratégias de exposição de gravuras, para que os alunos pudessem visualizar e relatar o que entendem dela e criassem uma história sobre o que estavam vendo.

SAEDE – LIBRAS, neste dia a instrutora atendia cinco alunos. O objetivo desse serviço é o ensino da LIBRAS aos alunos surdos no horário oposto ao da escola. A instrutora trabalhava de forma contextualizada, aproveitando questionamentos e relatos dos alunos. No dia da observação a instrutora preparou uma aula ao ar livre, sob as árvores, sendo que o dia estava muito quente e o espaço físico da sala é muito pequeno, sem ventilação e com cheiro muito forte de óleo que é passado no chão. É um espaço inadequado, onde funcionava um depósito e que foi desocupado para esse serviço. Os alunos tinham boa interação com a instrutora, se comunicavam em LIBRAS, relatando fatos de um passeio feito num zoológico.

A instrutora dava oportunidade de cada criança relatar algo que viu e o que mais lhe chamou atenção. Nesse momento ela aproveitava para inserir novos sinais, especialmente de animais

citados pelos alunos. Dessa forma eles ampliavam seu vocabulário.

SAEDE – Português, um professor e um aluno. Esse atendimento era feito em sessões de 45 minutos, com o objetivo de trabalhar o português escrito, para alunos das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Nessa observação o professor estava atendendo um aluno do ensino médio, que trouxe questionamentos da disciplina de português, pois não havia entendido a explicação do professor de sala. O espaço físico é bom, conta com auxílio de um computador onde os alunos podem fazer pesquisa e manter contato com o português escrito.

Em função de atividades da escola, não foi possível a aplicação dos protocolos de fechamento nessa escola. Foram agendadas duas datas diferentes, mas no dia os alunos haviam saído para outras atividades.

Outro projeto iniciado nessa escola, e que durante o desenvolvimento da pesquisa pudemos analisar os resultados e inseri-los neste relatório, foi a Manutenção da Turma Bilíngue até a oitava série, esse processo teve início em 2008 quando um grupo de pais e profissionais da escola chamou os técnicos do CAS e da Gerência Regional de Educação da Grande Florianópolis, solicitando a permanência dessa turma formada por 17 alunos surdos. Esse grupo foi formado no momento da implantação da Educação de Surdos em 2004. No primeiro documento da Política de Educação de Surdos em Santa Catarina havia a possibilidade dessa enturmação.

Em 2008, firmamos, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, a abertura dessa turma da quinta série até a oitava como caráter investigativo, avaliando assim o aproveitamento desta turma. Porém cabe destacar que essa sala, mesmo sendo denominada de Turma Bilíngue, teve a necessidade da permanência do Intérprete de LIBRAS, pois os professores das disciplinas não possuíam conhecimento em LIBRAS.

Durante esse processo foi possível perceber o entrosamento dos alunos, o nível de atenção era bem maior, como também o aproveitamento deles, tendo em vista que, quando um aluno fizesse a interrupção para perguntar ao professor, todos participavam, fato este que na turma mista muitas vezes não é percebido, Alguns professores conseguiram propor atividades mais voltadas a necessidades dos alunos, mas a grande maioria sempre utilizou o trabalho dos intérpretes.

Podemos assim concluir que essa experiência propiciou um maior desenvolvimento social dos alunos, a possibilidade de maior tempo para explicação de conteúdos e acesso à LIBRAS por parte de alguns professores.

6.3.3 Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa

Município de Joinville

A escola possui um espaço excelente. De uma maneira geral, nos aspectos de organização, principalmente limpeza e higiene, todos os ambientes possuem muitos pontos positivos. Na

biblioteca há um espaço amplo, organizado, porém não possui materiais didáticos específicos para os alunos surdos. Não apresenta cartazes em LIBRAS, nem desenhos de configuração de mãos na biblioteca, nem nas salas bilíngues, além da escola como um todo. Somente nas portas das salas há identificação da série em LIBRAS.

No segundo piso há a sala do SAEDE, que é pequena e funciona dentro da sala informatizada. Esta, por sua vez, é ampla possuindo treze computadores, destes, onze funcionam. Possui ar-condicionado, e está organizada de um modo em que os alunos possam interagir uns com os outros, e o professor possa estar dando suas explicações. Enquanto que na sala do SAEDE o mobiliário não favorece em nada a interação do grupo e possibilidade de agrupamento. No mesmo andar estão a sala de vídeo e a biblioteca.

Quanto à nossa recepção, a diretora se fez presente, dando-nos apoio e mostrando interesse ao iniciarmos a parte de ação da pesquisa. Porém, percebemos uma pequena falha quanto às informações que os professores tinham de nosso objetivo dentro da escola, e isso se dava até mesmo com os que estavam presentes na apresentação do projeto. Aparentemente, não foi repassado a eles o motivo da nossa ida e nem do objetivo do projeto do qual eles mesmos participariam diretamente. Acreditamos que eles não conseguiram compreender nosso papel dentro da escola, e a grande importância do que seria esse projeto para todos, principalmente para seus alunos. Claro que assim como alguns não aceitaram plenamente, outros mostraram um grande interesse em participar na pesquisa e dar continuidade a esse projeto relatando suas práticas.

Sendo assim, partindo do pressuposto de que a escola aceitou participar do projeto de pesquisa, nem todos obrigatoriamente precisariam entender o que é uma escola bilíngue, mas ao menos o que se é esperado, um entendimento do objetivo do projeto dentro da escola.

Análise dos Protocolos Iniciais

Diretora – Embora tenha algumas capacitações, ainda não tem um bom conhecimento de educação/espaço bilíngue – ela remete toda responsabilidade à LIBRAS.

Professores Bilíngues – Os profissionais possuem um maior conhecimento sobre a língua e sugerem metodologias e estratégias diferenciadas para trabalharem com os alunos surdos. Nas suas falas apontam para as dificuldades nas interações com os outros profissionais que atuam na escola.

Professores de Disciplinas – No geral, os professores relatam que não possuem materiais específicos para trabalharem com os alunos surdos e também a capacitação para os profissionais. Entre os alunos a comunicação é por gestos, na opinião da maioria dos professores. Todos são unânimes em dizer que é importante e necessária a presença do intérprete em sala de aula para que haja a efetiva comunicação.

Intérpretes – A grande queixa desses profissionais está na não entrega do material com antecedência, prejudicando a interpretação, necessitando de uma interpretação simultânea, sem muito entendimento do assunto exposto, acarretando assim em grandes problemas no processo de ensino-aprendizagem.

Servidores – Percebe-se que a maioria dos servidores sente a necessidade de aprender LIBRAS, no entanto se comunicam por gestos e utilizando os intérpretes. Possuem uma boa compreensão de ambiente, educação e escola bilíngue.

Professores do SAEDE-DA – Estes profissionais possuem entendimento do que é uma proposta bilíngue, porém o seu trabalho ainda está voltado ao reforço dos conteúdos.

Pais/responsáveis – A grande maioria dos pais/responsáveis não tem conhecimento sobre educação bilíngue. São poucos os pais que possuem LIBRAS, e os que possuem o curso de LIBRAS, na maioria das vezes são as mães. Na opinião geral dos pais/responsáveis é que a escola está muito boa.

Alunos ouvintes – A maioria dos alunos fala do interesse em aprender a LIBRAS e que esta disciplina deveria estar disponível para todos. A interação dos alunos ouvintes e surdos de uma maneira geral é boa; percebe-se que os alunos são divididos, e eles pedem para que os trabalhos em grupos sejam feitos entre surdos e ouvintes – esta separação é por parte dos professores e não dos alunos.

Alunos surdos – Eles apontam para a dificuldade na comunicação com os alunos ouvintes. Destacam a importância da LIBRAS como aprendizado, não somente como interação e integração dentro de sala de aula, mas também em toda a escola. Os alunos de 5ª a 8ª série apontam como problema quando os intérpretes faltam prejudicando o aprendizado em sala de aula. Também em suas falas reclamam sobre o tempo de prova. Em geral, deixam clara a importância da sua língua, a “LIBRAS”, para a comunicação e interação entre todos os alunos para que haja a efetiva inclusão. De uma maneira geral, todos gostam muito da escola, principalmente porque trocam com seus pares.

Instrutores – A maior dificuldade encontrada por parte das Instrutoras é a falta de participação e o apoio da família na escola aos seus filhos surdos. Apontam o desânimo desses alunos quanto ao seu aprendizado. Destacam a falta de consideração e respeito aos alunos surdos da parte dos alunos ouvintes. Enfatizam a sobrecarga quanto à carga horária que inviabiliza o tempo para pla-

nejamento das aulas e sentem constantes necessidades de cursos de capacitação nesta área para assim realizarem um bom trabalho.

Ao final de 2009 foi realizada uma observação na escola com intuito de coletar dados sobre o atendimento na escola. Nesse momento as pesquisadoras puderam sentar com cada profissional e conversar sobre o atendimento e mudanças necessárias, como, por exemplo, o trabalho do SAEDE-DA.

Observou-se que as duas professoras têm trabalhado em uma perspectiva de reforço escolar do ensino regular; o entendimento de que o processo de ensino aprendizagem que se daria aos alunos dentro da sala de aula não estava acontecendo; os professores do SAEDE-DA se viam na obrigação de auxiliar quanto aos conteúdos, fazendo resumos, auxiliando nos trabalhos extra-classes, deixando de lado o objetivo do SAEDE-DA que, conforme rege as diretrizes do Programa Pedagógico, é “promover o ensino e a aprendizagem da LIBRAS e do português escrito, numa abordagem pedagógica que respeite a experiência visual e linguística da pessoa surda”.

As professoras tinham consciência de como deveria ser o trabalho delas no SAEDE-DA, no entanto relatavam que não podiam confrontar com os professores das diversas disciplinas de 5ª a 8ª série. Eles não possuíam o entendimento da importância do SAEDE, de que todos os alunos são diferentes, de que a única coisa que impede os surdos é a barreira da comunicação, que cada aluno tem suas especificidades e de que de uma maneira geral todas as pessoas são únicas e têm de ser tratadas com todos os seus direitos, de que os alunos precisam da aquisição da LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda língua e em uma segunda modalidade.

Quanto ao trabalho dos professores intérpretes, foi possível observar que realizavam um bom trabalho, mesmo com as dificuldades encontradas, como não receber o material com antecedência, precisavam posicionar-se quanto à importância do seu papel dentro da sala de aula e na escola, para que seu trabalho fosse realizado da melhor maneira possível, não prejudicando os alunos no seu processo de ensino aprendizagem.

De uma forma geral dava para perceber que os professores não planejavam previamente e direcionavam suas aulas somente para os alunos ouvintes. Não tinham interesse em saber se os alunos surdos estavam compreendendo ou não, deixando de lado seu papel e entregando a responsabilidade dos alunos surdos para os intérpretes.

No começo de 2010 realizamos mais uma ida à escola, com o objetivo de observar e organizar os trabalhos dos profissionais da escola. Conversamos com as instrutoras, as professoras Bilíngues e também os intérpretes, e os orientamos quanto aos trabalhos dentro da sala do SAEDE-DA, por exemplo, que deve ser separado, o instrutor deve trabalhar na aquisição da LIBRAS, e a professora bilíngue, o português como segunda língua, em horários distintos e objetivos específicos. De uma maneira geral elas já estavam organizando os atendimentos, somente de 5ª a 8ª série que a instrutora não estava atendendo, mas com as nossas orientações, já se organizaram em novos horários, para efetivação dos atendimentos; apontamos a importância e a grande responsa-

bilidade que o instrutor deve assumir perante os alunos surdos, a troca de experiência, a formação de suas identidades, mostrarem para os alunos que é de suma importância o aprendizado do português como segunda língua, a necessidade para suas vidas, desconstruir os paradigmas que foram preestabelecidos durante anos, que o português é muito difícil, que eles não conseguem aprender e que não querem. Sabemos e temos consciência da Língua Brasileira de Sinais como língua reconhecida e garantida por lei.

A última ida à escola foi uma viagem muito produtiva, pois nos questionamos sobre os resultados de nosso trabalho realizado no ano anterior, se já estaria surtindo efeitos. Ao nos despedirmos da escola, conseguimos ver o progresso que estava ocorrendo, como um melhor entendimento sobre o projeto e que, apesar de já se ter aceitação da maioria, ainda há campo para melhorar. Nossa ida proporcionou novos questionamentos, novas propostas e mais força para continuarmos. Desde a nossa última viagem ocorreram algumas mudanças na escola, uma delas foi a troca da direção: assumiu um novo diretor que não tinha conhecimento sobre o projeto e não tem muito conhecimento sobre a educação de surdos; tem boa vontade, porém necessita de conhecimento na área da surdez.

Fomos abordados com inúmeras reclamações que, na verdade, é um grande desabafo do grupo, e o que mais os preocupa é a constante troca de profissionais que impede que o trabalho prossiga e, conseqüentemente, essa mudança gera insegurança, a falta de conhecimento por parte dos profissionais novos que não conhecem a língua “LIBRAS”, identidade surda e uma cultura própria.

A rotatividade desses profissionais que trabalham diretamente com os alunos surdos que são o maior problema da escola não possibilita a construção de um grupo de trabalho forte, comprometido, que consiga pôr em prática todo o conhecimento e trajetória dos cursos de capacitações que receberam durante estes dois anos como ações do projeto de pesquisa. Gasta-se com capacitações e esses profissionais não ficam na escola. Podemos perceber que a organização do SAEDE-DA está conforme orientações dadas.

O constante trabalho e as diversas formas de estratégias, metodologias que estão sendo utilizadas, com certeza têm ocasionado um bom andamento dos trabalhos. Nesta observação fica nítido que as capacitações oferecidas como ações do projeto de pesquisa surtiram efeitos de melhora na prática dos profissionais. Isso garante a melhora do ensino e a evolução no processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos.

Análise dos Protocolos de Fechamento

Diretora – Durante a realização da pesquisa houve a troca da direção da escola. Esse novo diretor participou de somente duas ações da pesquisa, mesmo assim em seu protocolo apontou a necessidade de constar no Projeto Político Pedagógico da escola a formação continuada dos

professores e curso contínuo de LIBRAS a todos os funcionários. Percebe que na escola ainda não há a construção de um ambiente bilíngue. Avalia que a educação de surdos é um modelo educacional ainda em evolução e maturação, necessidade de efetivar e melhorar a formação do quadro funcional, que a família deve ser mais envolvida nessa educação, e aponta a necessidade de uma assessoria mais frequente.

Professores Bilíngues – Relatam que as capacitações ajudaram a rever a prática pedagógica, tiraram as dúvidas e auxiliaram a troca de experiências; sentem necessidade de capacitação na Língua Portuguesa; que para a escola ser bilíngue precisa de mais interação entre as duas línguas e um maior entendimento por parte de todos os profissionais da escola, bem como um maior envolvimento por parte dos alunos surdos; que o desenvolvimento da educação bilíngue ainda está muito presa aos professores bilíngues e do SAEDE-DA; apontam a necessidade de um dicionário com sinais utilizados em sua região, alfabeto manual que possibilite o manuseio do aluno, livros ou cadernos com imagens.

Professores de Disciplinas – Apontam a necessidade de uma capacitação mais voltada aos professores e dentro de cada disciplina; que as capacitações foram boas, porém somente atingiram os profissionais que trabalham diretamente com os alunos surdos; que a escola precisa de mais profissionais envolvidos e a presença de sinal luminoso, falta de materiais visuais; e tecnologias para uso nas aulas; que alguns professores mudaram a maneira de explicar seus conteúdos e começaram a utilizar mais materiais visuais; relatam a necessidade de um maior envolvimento das famílias na aprendizagem de seus filhos, capacitação de LIBRAS para toda escola. Falta de conhecimento da LIBRAS por parte dos alunos surdos.

Intérpretes – Percebem a importância de seu papel no processo de aquisição de conteúdos pelos alunos surdos, a dificuldade dos alunos surdos em entenderem a Língua Portuguesa, e de mais domínio deles na utilização da língua de sinais, necessidade de cursos aos professores das disciplinas específicas, falta de sinais para termos técnicos, e que para isso precisam de mais auxílio dos instrutores, necessidade de materiais adaptados em LIBRAS, ausência das famílias nas escolas.

Professores do SAEDE-DA – Percebem que houve mudança na prática pedagógica com as capacitações realizadas; apontam a necessidade de revisão do modelo de escola, pois hoje o professor ainda é responsável pela língua, da comunicação e do conteúdo da série; sentem a necessidade da capacitação continuada aos educadores; percebe que os alunos evoluíram, mas ainda falta melhorar o nível linguístico nos primeiros anos de vida no ambiente familiar.

Alunos surdos – Os alunos relatam a dificuldade na comunicação com os alunos ouvintes e des-

tacam a importância da LIBRAS no aprendizado, não somente como interação e integração dentro de sala de aula, mas também em toda a escola. Reclamam da falta de entendimento dos professores sobre a LIBRAS e possíveis adequações de conteúdos que poderiam ocorrer. Não entenderam muito bem a mudança do SAEDE; que antes os ajudavam a fazer seus trabalhos, agora não ajudam mais, não têm muito entendimento sobre o que é educação bilíngue.

Instrutores (a escola possui somente um instrutor) – Relatou de como seu trabalho melhorou e ficou mais organizado depois que permaneceu o tempo todo em SAEDE, se dedicando ao ensino da LIBRAS. Agora é ela a responsável por seu planejamento, mas tem realizado um trabalho em parceria com a professora bilíngue; reconhece que com essa troca os pequenos estão aprendendo a LIBRAS mais rápido.

7. ANÁLISE DOS PESQUISADORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Relato de nossa trajetória como pesquisadores

Nosso trabalho nas escolas começou no momento da apresentação do projeto de pesquisa, ali já foi possível observar a reação de cada profissional envolvido e a expectativa com relação à pesquisa a ser realizada. Em todas as escolas fomos bem recebidas, bem como a ideia de se retomar a pesquisa de Educação de Surdos agora com o título de Acompanhamento e Implementação da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina.

Como nenhum dos pesquisadores participou da implantação da proposta, tivemos tranquilidade de acompanhar e avaliar todo o processo. Um fator a ser destacado foi o envolvimento dos profissionais e confiança depositada na equipe de pesquisadores, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, conseguimos fazer trocas muito importantes para as sugestões que esta pesquisa pretende apontar; foi uma construção coletiva de todo um grupo de trabalho, não apenas dos pesquisadores.

Na aplicação dos Protocolos Iniciais já foi possível perceber alguns obstáculos e fatores positivos que vinham ocorrendo em cada escola. Um fato marcante para a equipe é que, mesmo que as escolas se nomeassem como Escolas Polo, em nenhuma delas havia algum cartaz referenciando essa experiência de trabalho ou até mesmo os propósitos de desenvolver uma Educação Bilíngue, ao contrário, percebemos que as turmas com alunos surdos eram um trabalho à parte e não do todo da escola e que cada escola, tinha um profissional responsável por essa modalidade de atendimento (assim nominada nas escolas).

A maior expectativa dos profissionais era o fato de poder trocar ideias e da possibilidade de novas capacitações. Os profissionais envolvidos diretamente na educação de surdos também tinham dificuldade em planejar em conjunto. Os demais profissionais da escola não conheciam a proposta de educação bilíngue para surdos, e seu planejamento era voltado ao atendimento da grade curricular, em nenhuma escola havia paradas para estudo sobre esta proposta de ensino ou sobre avaliação, apontada como uma das dificuldades dos professores.

Em uma região, a Integradora de Educação Especial e Diversidade apenas respondeu a algumas solicitações e compareceu à reunião de apresentação da pesquisa e capacitação final. Em duas regiões, os trabalhos da pesquisa foram acompanhados sempre pelas Integradoras de Educação Especial e Diversidade; estas sempre colaboraram com todas as etapas realizadas na pesquisa, acompanhando inclusive a realização da aplicação de protocolos, trazendo à equipe de pesquisadores relato das dificuldades encontradas por ela, como: estrutura física, falta de capaci-

tação, falta de perfil profissional de alguns professores, bem como relatavam a importância deste trabalho e de nosso retorno às escolas.

A direção das escolas teve um papel de fundamental importância na realização da pesquisa, tanto na organização de espaços físicos quanto na agenda dos profissionais, alterando a rotina da escola para que seus profissionais pudessem sentar com a equipe de pesquisadores.

Todos tinham um pouco de conhecimento sobre a proposta de Educação Bilíngue, conheciam as necessidades e alegavam que muitas vezes faltava estrutura para realizar seus propósitos, que gostariam de saber mais para ajudar mais sua equipe de trabalho. Todos apontaram a falta de assessoria direta da FCEE, e que com a pesquisa viam a possibilidade de fazer uma educação melhor para os alunos surdos. Nesse momento do contato com a direção foi possível perceber a falta de um modelo de gestão escolar, cada escola realiza sua administração de forma independente. Quando percebíamos algumas alternativas para serem implantadas em outras escolas, estas já não eram tão fáceis de serem aplicadas, cada escola funcionava de acordo com as características de sua região, empenho de direção e professores e atuação da Associação de Pais e Professores – APPs. Consultamos a Secretaria de Estado da Educação sobre a existência de algum documento regulamentador e esta nos informou que a organização escolar deve estar referendada no Projeto Político Pedagógico de cada escola. Essa situação apareceu muito no momento da permanência do aluno no horário de almoço na escola para que ele no contraturno frequentasse o Serviço Educacional Especializado – SAEDE. Lamentavelmente esses alunos não têm condições financeiras de irem para suas casas e voltarem para o atendimento. Acabam ficando o dia todo na escola, cabendo a esta organizar atendimentos nesse horário, para que outros problemas não acabem ocorrendo dentro do seu espaço. Também acompanharam nosso trabalho as especialistas. Apenas duas escolas contavam com a presença deste profissional, que tem entre suas funções, o planejamento dos serviços, principalmente em acompanhar as orientações específicas do trabalho do SAEDE.

As três escolas possuíam problemas com espaço físico, quase todas as salas são construções antigas. Em algumas salas de aula, além do espaço físico ser pequeno, tinha excesso de materiais e mobiliário, fato esse que, com uma melhor utilização desse mobiliário, o problema seria resolvido.

Com relação à inclusão dos alunos surdos com alunos ouvintes, foi possível perceber que eles resolvem a comunicação entre eles, uns utilizando a LIBRAS, gestos e por meio da escrita, os alunos acabam formando grupos por diferentes afinidades. Percebemos que os alunos surdos, mesmo os que estão já no ensino médio, conhecem pouco seus direitos, sabem e cobram a presença de intérpretes, mas desconhecem o que é educação bilíngue. Poucos expressaram o desejo de trabalhar com educação e não procuram ter contato com as crianças menores, reconhecem que, às vezes, ignoram a presença do intérprete e deixam de prestar atenção à explicação dos conteúdos.

A maioria dos alunos entrevistados revelou a dificuldade quanto à aprendizagem dos conteúdos de algumas matérias específicas, e entre os motivos para que esse problema permaneça estão:

- a rapidez com que o professor passa o conteúdo, sendo que o intérprete não consegue acompanhá-lo no mesmo ritmo ou repassa rapidamente como o professor, para não perder conteúdo;
- a falta de fluência e de vocabulário por parte dos intérpretes;
- a falta de postura dos profissionais intérpretes;
- a falta de respeito e de parceria dos professores com os intérpretes, o que prejudica o entendimento dos alunos no tocante aos conteúdos ministrados;
- a ausência de uma didática focada aos surdos, o que faz com que muitas disciplinas não sejam compreendidas ao serem interpretadas;
- e o desinteresse dos professores em relação à língua.

Este último foi considerado muito interessante, pois se destacam poucos professores que interagem com os alunos surdos para a descoberta de novos sinais e de um interesse por uma comunicação com esses alunos. Alguns destacaram que, quando o professor demonstra interesse na LIBRAS e estabelece uma comunicação dentro de sala, eles se sentem motivados a participar durante as aulas. O desejo de todos os entrevistados é que todos na escola sintam o desejo de aprender a Língua Brasileira de Sinais.

Quanto aos alunos ouvintes, percebemos que eles desconhecem o que é Educação Bilíngue, gostam de se relacionar com os alunos surdos e acham interessante o uso da LIBRAS, mas não percebem esta como uma língua (com o mesmo valor que espanhol ou inglês); é como se fosse um código. Em sala são poucos que realizam trabalhos com alunos surdos, principalmente se forem uns números de quatro ou três; estes acabam realizando a atividade entre si.

Nas turmas bilíngues, a falta de aquisição da LIBRAS pelos alunos surdos ainda é fator predominante. Muitos alunos não tiveram acesso à educação infantil e apenas no ingresso na escola começam a ter contato com sua língua. Isso fez com que os professores primeiramente tivessem que ensinar a LIBRAS para terem condições de trabalhar os conteúdos, o que causa um atraso em todo processo escolar, atraso este que chega a ser superado na terceira e quarta séries quando esses alunos já se percebem com a identidade surda e sua comunicação ocorre de forma espontânea, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem.

Durante o desenvolvimento da pesquisa sugerimos que esses alunos começassem a frequentar o SAEDE-DA no período oposto. Podemos constatar que essa ação trouxe uma melhora significativa na aquisição da LIBRAS por esses alunos. Também foi possível observar que as professoras ainda têm dificuldade em relação ao conhecimento de estratégias de ensino numa pers-

pectiva de educação bilíngue. Não basta apenas se utilizar da LIBRAS, mas compreender o que está sendo trabalhado e estudado dentro desta proposta. A falta de materiais pedagógicos dificulta ainda mais a viabilização desse trabalho.

Percebemos também a falta de entendimento da comunidade escolar sobre as características desse atendimento, chegando, em alguns momentos, a nominá-las como a turminha dos surdos. Em algumas turmas percebemos que a professora não tinha conhecimento de que essas turmas deveriam seguir o mesmo currículo das demais séries, porém, por meio de outras estratégias e na tentativa de confecção de materiais em LIBRAS. Mas cabe salientar a importância dessas turmas para o aluno surdo. Sem dúvida alguma essa forma de atendimento proporciona o acesso ao conhecimento e à sua língua, auxiliando na construção da identidade surda dessas crianças.

Nas escolas tem havido uma diminuição de matrícula de alunos surdos, o que vem dificultando a abertura de novas turmas bilíngues. Percebemos que o agrupamento de crianças surdas para formação de turmas multisseriada, não deve ter mais de duas séries juntas, isso dificulta o trabalho do professor bilíngue. Em função disso foi proposta a criação do cargo de Segundo Professor Bilíngue, e este passa a ter a função de mediar o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo por meio da LIBRAS.

Quando iniciamos nossos trabalhos, os instrutores de LIBRAS atuavam nas turmas bilíngues, porém essa atuação não garantia às crianças o acesso à aprendizagem da LIBRAS, ficava um pouco confusa a atuação do professor bilíngue e instrutor de LIBRAS. Não havia um planejamento articulado. Após algumas intervenções e estudo sobre aquisição de LIBRAS, a equipe de pesquisadores concluiu que ele deveria atuar diretamente no SAEDE-DA com ensino da LIBRAS, com espaço físico adequado e sendo este atendimento de responsabilidade dele. Porém ele deveria ter articulação com a professora bilíngue responsável pelo ensino do português como segunda língua, de forma a propiciar ao aluno surdo por meio da LIBRAS a explicação de alguns conceitos.

Observamos que os instrutores tinham muita dificuldade em trabalhar com crianças surdas o processo de aquisição da LIBRAS. A prática deles era voltada a ouvintes nos cursos de LIBRAS. Eles tiveram bastante dificuldade em perceber a diferença neste processo; não bastava ensinar o sinal, mas os conceitos a serem elaborados no processo de aprendizagem. Por isso realizamos uma capacitação de 80 horas a esses profissionais, e mesmo assim as dificuldades ainda não foram sanadas. Eles reclamam da falta de materiais, mas não houve muito empenho deles em proporem materiais.

Podemos perceber que a LIBRAS está sendo ensinada aos alunos ouvintes com o mesmo conteúdo dos cursos de LIBRAS. Ainda não existe uma preocupação dos instrutores de formalizarem esta disciplina. Porém nos cabe referendar a importância desse profissional na educação de surdos, não só pelo acesso à sua língua, mas como o referencial adulto a seguir. Podíamos ver como os alunos se sentem bem na presença desses profissionais, de como gostam de sentar e conversar, fazer trocas.

Os intérpretes mostraram estarem cientes quanto ao seu papel como intérpretes educacionais, porém lidam diariamente com a dificuldade de se posicionarem quanto à importância desse papel diante dos profissionais da escola, além de atuarem como intérpretes assistencialistas, isto é, assumem para si tarefas que seriam de responsabilidade da família e/ou da escola, o que vai totalmente contra seu papel, como copiar conteúdo para o aluno, auxiliá-lo nas tarefas escolares, explicações de situações que ocorrem com os alunos fora do contexto escolar. Relatam, inclusive, terem auxiliado o aluno com as respostas na realização de provas, principalmente quando o enunciado não deixa claro o que se quer. Percebemos que ainda há uma grande necessidade quanto ao entendimento da ética do profissional intérprete. Sentem falta de encontros, de capacitações na sua área, sinais específicos para facilitar a interpretação das disciplinas, bem como um melhor relacionamento com a equipe de professores e até mesmo com outros profissionais intérpretes.

Outro fator que percebemos é o afastamento desses profissionais da comunidade surda. São poucos profissionais que admitiram fazer consulta de alguns sinais com surdos adultos

Também foi possível perceber que os demais professores desconhecem a função do intérprete e a dificuldade deste na realização de seus trabalhos. Entretanto, mesmo com as dificuldades encontradas, como não receber o material com antecedência e não saberem qual será o trabalho realizado durante a aula, estes dizem realizar um bom trabalho. Percebemos que temos bons profissionais, com um bom conhecimento de LIBRAS e de técnicas de interpretação, bem como intérpretes que recentemente acabaram um curso de LIBRAS, mas não possuem entendimento de interpretação. Ainda é grande o número desses profissionais que possuem grau de parentesco com algum aluno surdo, principalmente mães e irmãos que trabalham nesta área.

Todas as escolas possuem salas de Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE-DA, mas são espaços físicos improvisados, quase todos com mobiliário precário, falta de recursos tecnológicos, com apenas um computador disponível. Duas salas até possuíam um bom espaço físico; os professores relataram que sabiam qual o objetivo de seu trabalho, mas que, às vezes, eram obrigados a fazer as atividades dos alunos (deveres e trabalhos escolares), pois eles não tinham quem os auxiliasse, que os alunos já estavam acostumados com essa prática.

Há falta de entendimento sobre o ensino de português como segunda língua. Muitos trabalhavam o português de acordo com a estruturação da LIBRAS, não trabalhando o português corretamente. Havia muito reforço escolar. Com a nova estrutura de trabalho proposta, em que o instrutor de LIBRAS passou a realizar seu atendimento em SAEDE, e com a divisão de trabalho com professor bilíngue, o trabalho ficou mais ágil. No começo foi um pouco difícil de se estabelecerem as responsabilidades, mas depois cada um foi assumindo seu trabalho e elaborando em conjunto um trabalho de parceria. Essa alteração também repercutiu com os alunos: em uma das escolas, duas alunas nos chamaram em particular após as gravações para uma conversa com alguns pontos que elas queriam destacar que estavam deixando-as muito inquietas e nos chamou a atenção, pois se queixaram quanto ao trabalho realizado na sala de SAEDE, a falta de apoio por

parte da professora bilíngue e da instrutora que ali estão. As alunas acreditam que o real papel do SAEDE está em ajudá-las com seus deveres escolares, e como isso não está mais acontecendo e não estão tendo esse apoio, suas notas estão decaindo e isso as preocupava fortemente para a aprovação do ano letivo, ao melhor entendimento dos conteúdos e até mesmo seu futuro, pois elas desejam ingressar no ensino superior.

Com tamanha preocupação, motivaram seus pais para que fossem na escola e dessem queixa que elas não estavam tendo o apoio devido. Houve uma animada conversa entre nós, em que podemos elogiá-las quanto à preocupação que elas têm com respeito a um ensino de qualidade e seu futuro, mas também aproveitamos para esclarecer o real papel do SAEDE e também o papel delas como alunas e a responsabilidade que elas têm para a melhora de seu desenvolvimento escolar. Logo após as conversas, elas entenderam e, juntamente com as professoras do SAEDE, retomamos a explicação aos alunos, deixando claro que o que se estava fazendo era correto e de que agora eles teriam mais autonomia para realização de seus trabalhos.

Durante a pesquisa foi possível observar a melhora desse atendimento após as capacitações realizadas, porém é preciso que os professores se esforcem para fazerem as atividades que competem ao SAEDE, e não assumirem para si o processo de aprendizagem de seu aluno.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pretendemos ou serão nossos devaneios?

A ideia inicial: Escola Bilíngue

Ao iniciarmos a elaboração do projeto de pesquisa, com base nas discussões realizadas na assessoria recebida da Dra. Ronice Muller de Quadros, tínhamos como objetivo a transformação de três escolas da rede regular de ensino em escolas bilíngues, por isso nosso critério de escolha foi de que elas já fossem escolas polos desde a implantação da Política de Educação de Surdos de Santa Catarina, no ano de 2004.

Para entender melhor este processo começamos a pesquisar informações sobre escolas bilíngues existentes em nosso Estado. A principal característica das escolas bilíngues é que nelas utiliza-se uma língua estrangeira nas rotinas escolares. Não se trata de dar muitas aulas de um idioma estrangeiro, mas de ensinar as diferentes disciplinas nesse idioma. A aprendizagem da língua mãe se dá em casa e em outros contextos sociais, enquanto a escola se encarrega prioritariamente de ensinar a segunda língua, o que garante o sucesso e aprendizagem dos dois idiomas. A maioria dessas escolas segue o calendário escolar e a divisão em séries dos países de origem, o que acaba dificultando a passagem para uma escola convencional.

Nesse momento começou nosso primeiro dilema: nossos alunos ainda não adquirem sua língua mãe dentro do ambiente familiar, e em sua grande maioria esta apropriação acontece nas escolas; outra dificuldade é de que além de às vezes não terem acesso a creches, a educação infantil ainda não possui um modelo de educação bilíngue implantado, atrasando ainda mais esse contato com a LIBRAS. Outro fator preocupante era a não fluência dos professores em LIBRAS, precisaríamos, no mínimo, de mais cinco anos para incutir na escola esta língua e cultura; precisaríamos de mais tempo para buscarmos romper com as barreiras estruturais e físicas encontradas, e já no primeiro ano de pesquisa concluímos que ainda não tínhamos a maturidade necessária para ofertar escolas bilíngues a nossos alunos surdos, mas que poderíamos desenvolver uma educação bilíngue de qualidade a nossos alunos nas escolas regulares de nosso Sistema Estadual de Ensino.

Cabe aqui também enfatizar outro aspecto que nos fez rever nossa posição: hoje passamos por um movimento de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental, bem como, a diminuição de matrículas de alunos surdos em nossas escolas, o que nos fez percebermos que precisaríamos pensar em alternativas para melhor atendermos o aluno surdo na escola mais próxima à sua residência. Isto não implica em acabar com as escolas de referência, porém não podemos negar a presença de intérpretes em mais escolas.

Um novo referencial: Educação Bilíngue nas escolas da Rede Regular de Ensino

Partimos agora com uma nova convicção: desenvolver, ou melhor, oferecer uma Proposta de Educação Bilíngue aos alunos matriculados na rede regular de ensino, que leve em consideração todos os aspectos necessários para o desenvolvimento de uma educação de qualidade ao aluno surdo. Para isso foi fundamental nos ampararmos no que está garantido no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu capítulo IV, artigo 14, que estabelecem:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da LIBRAS;
- b) a tradução e interpretação de LIBRAS - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da LIBRAS e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS;
- b) tradutor e intérprete de LIBRAS - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reco-

nhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Amparamo-nos, também, no artigo 22 do mesmo Decreto:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de LIBRAS - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de LIBRAS.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da LIBRAS.

Na Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva o Ministério da Educação, deixa claro sua opção pela proposta de educação bilíngüe aos alunos surdos:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/LIBRAS desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e

na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa e o ensino da LIBRAS para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (MEC/SEESP/2006).

Cabe-nos agora retomar o conceito de educação bilíngue, como proposta educacional em que a Língua de Sinais deve ser considerada a primeira língua do surdo e a língua portuguesa, sua segunda língua. Isso implica em estudar e observar os dois tipos de linguagem que estão sendo usados pelo indivíduo bilíngue. “Defender o bilinguismo é defender o uso natural de dois sistemas distintos de linguagem que estruturam formas diferentes de pensamento, que transformam as experiências em cognições, atividades fundamentais ao desenvolvimento cognitivo da criança surda”. (Fernandes/Surdez e Bilinguismo/2008)

Reafirma-se também na Nota Técnica 05/2011 – MEC/SECADI/GAB, de 19 de maio de 2011, sobre implementação da educação bilíngue, que destaca:

Nesse sentido, a Política orienta os sistemas de ensino para garantia do ingresso dos estudantes com surdez nas escolas comuns, mediante a oferta da educação bilíngue, dos serviços de tradutores intérpretes de LIBRAS/Língua Portuguesa e do ensino de LIBRAS.

A oferta do AEE é fundamental para a efetivação da proposta de educação bilíngue estabelecida no Decreto nº 5626/2005, que regulamenta Lei no. 10.436/2002, construído pelo Ministério da Educação A oferta em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS e demais órgãos governamentais e não governamentais. De acordo com este Decreto, a educação bilíngue para estudantes com surdez caracteriza-se pelo ensino ministrado por meio da Língua Portuguesa e da LIBRAS, devendo ser disponibilizados os serviços de tradutor/intérprete e o ensino da LIBRAS para os estudantes.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Essa proposta tem sido apontada como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, por considerar a língua de sinais como a língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Quanto ao ensino da língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segunda língua.

A escola deve oportunizar reflexões a respeito da diferença, aceitação da cultura e língua da comunidade surda e na abertura de espaços para surdos adultos. É ter o entendimento do que é uma pessoa surda, seu processo cognitivo se dá por meio dessa língua, que é visual-espacial, que a elaboração de conceitos e o processo de aprendizagem se constroem na visualidade, com propostas de mudança das práticas pedagógicas. Segundo Skliar (1995), são objetivos da educa-

ção bilíngue-bicultural:

- criar um ambiente linguístico apropriado às formas particulares de processamento cognitivo e linguístico das crianças surdas;
- assegurar o desenvolvimento socioemocional íntegro das crianças surdas a partir da identificação com surdos adultos;
- garantir a possibilidade de a criança construir uma teoria de mundo;
- oportunizar o acesso completo à informação curricular e cultural.

Diante do exposto, temos um grande desafio à frente, principalmente em buscar mecanismos para a escola assumir esta proposta educacional em seu Projeto Político Pedagógico, fazendo com que toda comunidade escolar esteja ciente das ações a serem desenvolvidas.

Ressaltamos que a Proposta de Educação Bilíngue deve ser ofertada já na educação infantil a crianças com surdez. Assim é possível proporcionar a ela a aquisição de sua primeira língua já no início de seu desenvolvimento, tal como ocorre com as crianças ouvintes. Negar este direito é negar a LIBRAS como língua natural dessas crianças. Para isso é importante nessas escolas ter a presença de um professor surdo como agente responsável dessa aprendizagem. Quando não for possível a presença desse profissional, a escola deve contar em seu quadro funcional com professores bilíngues.

A escola que queremos

Quando paramos para analisar hoje o modelo escolar proposto, pensamos em uma escola criada para possibilitar o acesso ao conhecimento, o “ensinar tudo a todos” como definiu Comenius; ela amplia seus propósitos para além de transmitir conhecimentos, de alfabetizar e diplomar, formar o cidadão culto, como nos séculos XVIII e XIX, e assume, nesse novo momento em formar o modelo do cidadão exigido no desenvolvimento industrial e tecnológico.

A escola assume objetivos que abrangem mais que alfabetização/letramento, o processo de apropriação do conhecimento. Os estudos atuais apontam como finalidade do ensino básico a formação do cidadão solidário, tolerante, participativo, ético, bem como o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade, fortalecendo os vínculos familiares.

Enquanto educadores, nosso desafio ainda é maior: como poder garantir todo esse conhecimento com a diversidade encontrada em sala de aula. Sabemos que isso não é possível se já não estiver garantida essa proposta em seu Projeto Político Pedagógico, mas este documento somente terá validade se for uma construção coletiva da escola, que todos tenham acesso a suas informa-

ções. Enfatizamos isso em função de termos percebido nas escolas que o desenvolvimento de uma proposta de educação bilíngue ficava sempre sobre a responsabilidade de alguns profissionais, ou até que esses grupos de alunos, às vezes, pareciam ser um anexo da escola.

É imprescindível que todos os integrantes da escola e até as famílias conheçam a proposta de educação bilíngue, que todos entendam seus princípios e objetivos, para que, dessa forma, a escola consiga se transformar em um espaço bilíngue.

Porém, não basta apenas a atitude dos profissionais para a mudança desta realidade, é preciso desenvolver um programa de formação continuada a todos os professores sobre assuntos referentes à educação de surdos. Isso foi muito pontuado em nossas observações nas escolas. As formações oferecidas ainda trabalham as disciplinas de forma isolada, não respeitando a diversidade do aluno em sala de aula.

Outro aspecto observado é a oferta da disciplina de LIBRAS a todos os alunos da escola. Durante a pesquisa percebemos algumas ações nesse direcionamento, porém aconteciam em forma de cursos aos alunos. Este também é um grande desafio à comunidade surda, que precisa concentrar esforços na formulação e reconhecimento dessa disciplina, tendo seu devido espaço na matriz curricular das escolas. Não se trata mais de discutir o que é direito, mas de buscar alternativas pedagógicas para seu pleno desenvolvimento.

Ações e elementos necessários a esta transformação

Começaremos agora a apresentar as ações necessárias para implementação da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina. Todas estas propostas tiveram como cenário as observações e capacitações realizadas nesses dois últimos anos de pesquisa, depois de estudos, discussões na equipe de pesquisadores e com as equipes das escolas, das quais resultaram as propostas aqui apresentadas de melhoria.

Como apontamos anteriormente, é de extrema importância oferecer as escolas com matrícula de alunos surdos uma capacitação contínua e permanente sobre educação bilíngue, bem como organizar a toda escola capacitação em LIBRAS. O que estamos propondo é uma reflexão sobre uma nova forma de encararmos o processo não apenas educacional do surdo, no sentido pedagógico mais restrito do termo, mas também seu desenvolvimento como indivíduo em si mesmo e sua participação como indivíduo na sociedade. Nesse último sentido, educação com bilíngüismo é uma expressão que deve vir intimamente comprometida com as características culturais das comunidades de surdos e de ouvintes.

Para caminhar nessa direção, as escolas estaduais com matrículas de alunos surdos deverão trabalhar com a proposta de educação bilíngue, podendo contar com os seguintes profissionais e serviços:

Turmas com ensino em LIBRAS – Denominadas até o momento como turmas bilíngues, seguem as mesmas características já estabelecidas, ou seja, turmas formadas com no mínimo três alunos, sendo estes surdos ou ouvintes, porém o conteúdo é ministrado em LIBRAS, por um profissional bilíngue. Esses alunos no período oposto devem frequentar o atendimento no SAEDE-DA. Essa turma deve seguir o mesmo currículo das outras turmas e será ofertada nos anos iniciais da educação básica, procurando desenvolver suas estratégias de acordo com a proposta de educação bilíngue, utilizando-se de recursos da pedagogia visual.

Planejar por meio de uma pedagogia visual é criar propostas pautadas na visualidade, a fim de reorientar os processos de ensinar e aprender como um todo, tendo o signo visual seu maior aliado nesse processo, associado à vivência diária como ponto de partida para o entendimento do valor e da cultura do contexto social.

É transformar o discurso em imagens utilizando-se do significado/conceito que o aluno já possui. Como afirma Ana Regina e Souza Campello (2008) “Olhar, acompanhar, interpretar através dos olhos pode ser um dos recursos que pode ser visto dentro da sala de aula e nas pesquisas linguísticas, como um dos exercícios visuais na aprendizagem e pesquisa da Língua de Sinais e sua estrutura”.

Para o desenvolvimento deste trabalho há necessidade de oferecer a esses profissionais capacitação sobre educação bilíngue, o processo de alfabetização e letramento por meio da LIBRAS, ensino de português e português como segunda língua.

Turmas com ensino no português – São turmas formadas com alunos surdos e ouvintes onde o ensino ocorre por meio da língua portuguesa e conta com a presença do segundo professor bilíngue ou interprete educacional de LIBRAS.

Segundo Professor Bilíngue – Tem a função de mediar por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS o processo de elaboração de conceitos científicos que compõem os conteúdos curriculares das diversas disciplinas.

Justifica-se a criação dessa função considerando a situação social estabelecida de defasagem de conceitos por parte dos alunos surdos, usuários de LIBRAS, que frequentam turmas com o ensino em português, nas séries iniciais do ensino fundamental, gerando a necessidade de um profissional que faça mediação, em língua de sinais, desses conhecimentos. Cabe salientar que a função do professor-mediador é totalmente distinta da função de tradutor/intérprete de LIBRAS/português/LIBRAS. E esse profissional deve ser ouvinte com fluência em LIBRAS.

Em conjunto com professor regente, irá auxiliar no planejamento das atividades pedagógicas, propondo as adequações curriculares e estratégias dentro de uma proposta de educação bilíngue.

É necessário que o segundo professor bilíngue desenvolva um trabalho articulado com

professor de LIBRAS do SAEDE-DA, para intensificar a aprendizagem da LIBRAS pelos alunos surdos.

A viabilidade desse profissional está referendada no Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no Capítulo V: Da Formação do Tradutor e Intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa, Art. 19, Parágrafo único. “As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação”.

Para o desenvolvimento desse trabalho há necessidade de oferecer a esses profissionais capacitação sobre educação bilíngue, o processo de alfabetização e letramento por meio da LIBRAS, ensino de português como segunda língua.

Professor Instrutor de LIBRAS – Sugerimos a mudança do nome do cargo para professor de LIBRAS. Esse profissional deve ser preferencialmente surdo e ter domínio da Língua de Sinais. Ele é responsável pelo ensino da LIBRAS nas diferentes modalidades, etapas e níveis de ensino como meio de comunicação e interlocução, devendo atuar no Serviço de Atendimento Educacional Especializado, na disciplina de LIBRAS e na capacitação em LIBRAS aos profissionais da educação.

Esse professor oferece maiores possibilidades aos alunos com surdez no processo de aquisição da LIBRAS, por ser o desencadeador de um ambiente linguístico com referencial da identidade/cultura surda que favorecerá o aprofundamento do conhecimento da língua de sinais e aprendizagem da mesma pelos pais e professores ouvintes. As explicações desse professor em LIBRAS propiciam uma compreensão das ideias complexas, contidas nos conhecimentos curriculares.

Este profissional precisa ser qualificado para realizar o atendimento das exigências básicas do ensino da LIBRAS, enfatizando que não é de sua responsabilidade o ensino da Língua Portuguesa/L2, e sim do professor bilíngue do SAEDE-DA.

No atendimento em SAEDE-DA, seu trabalho se divide em dois momentos: o ensino/aquisição de LIBRAS e o ensino em LIBRAS, conforme detalhamos a seguir:

O ensino/aquisição de LIBRAS – O trabalho deve ser planejado a partir de um diagnóstico do conhecimento do aluno sobre o uso da LIBRAS. É neste espaço que vai ocorrer a aquisição da LIBRAS e ampliação deste vocabulário pelas crianças com surdez. Esse atendimento requer uma organização metodológica e didática especializada, como o uso de um caderno de vocabulário, como se o aluno tivesse um dicionário particular com a compreensão sobre os termos representados em LIBRAS. Os materiais e recursos para esse fim implicam no uso de muitas imagens e de todo tipo de referencia que possam colaborar com essa aprendizagem.

Nesse momento também é realizado um estudo sobre sinais para designar determinados

termos científicos, os professores avaliam a criação desses termos científicos em LIBRAS a partir da estrutura linguística da mesma, por analogia entre os conceitos já existentes, de acordo com domínio semântico ou por empréstimo lexical.

O ensino em LIBRAS – Este atendimento visa formar a base conceitual por meio da LIBRAS do conteúdo curricular estudado em sala de aula comum. Não se trata de fazer o reforço escolar ou tarefas escolares, é trazer em discussão as ideias centrais dos conteúdos estudados em sala de aula comum, com uso de imagens visuais e outros recursos, como teatro e pesquisas, dos temas trabalhados por meio da LIBRAS; é o estudo dos termos científicos a serem introduzidos pelo conteúdo curricular, dando ao aluno surdo o vocabulário necessário para o entendimento dos temas trabalhados em sala de aula.

Entendemos que, para esse atendimento, é de extrema importância que haja a articulação entre o professor de LIBRAS com os professores de turma comum e os professores de língua portuguesa do SAEDE-DA, e de que alguns atendimentos poderão ser planejados em conjunto com professor de português. É um espaço onde os alunos surdos fazem perguntas, analisam, criticam, fazem analogias e associações diversas entre o que sabem e os novos conhecimentos de estudo.

Para o desenvolvimento de seu trabalho, percebemos a necessidade de capacitar esses profissionais no ensino da LIBRAS para crianças surdas e para ouvintes, na utilização de metodologias visuais para o ensino da LIBRAS, cursos de LIBRAS para ouvintes e planejamento escolar. Também é importante que esses profissionais mantenham o contato com associações de surdos para acompanharem os avanços da Língua de Sinais.

Professor Intérprete de LIBRAS – Sugerimos a alteração do nome do cargo para Intérprete Educacional de LIBRAS. Esse profissional tem a função de acordo com a Lei 12.319, de 01/09/10, que regulamenta a profissão do tradutor intérprete de LIBRAS no Art. 2º: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa”.

Já em seu Art. 6º, São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da LIBRAS para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares

Ressaltamos a importância que esta lei representa no processo de valorização, de formação e reconhecimento desse profissional, tão importante para a sociedade. Porém, ainda é necessário esclarecer nos ambientes escolares as atribuições desse profissional que acaba sendo confundido com o papel do professor, tanto pelos alunos surdos que se reportam diretamente ao intérprete e não ao professor, quanto pelo próprio professor que consulta o intérprete sobre a aprendizagem do aluno surdo, ou até chegam a delegar ao intérprete a responsabilidade de explicação de conteúdos.

No livro *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial* (2004, p.94), QUADROS apresenta alguns elementos sobre o intérprete de Língua de Sinais em sala de aula, que devem ser considerados:

- Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.
- Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais.
- Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas.
- Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las.

Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojetor podem ser recursos utilizados em sala de aula.

É possível que com a regulamentação do profissional intérprete pela Lei 12.319, o este possa avançar na construção de sua identidade profissional como aquele que intermedia a relação entre o surdo e o professor ou o aluno ouvinte, que possa contribuir para a efetivação de papéis definidos no contexto educacional em prol do desenvolvimento de todos os alunos

Para o desenvolvimento de seu trabalho necessita de capacitação sobre Fundamentos e Técnicas de Interpretação, Curso de aprofundamento em Língua de Sinais, bem como contato direto com a comunidade surda para manter atualizado seu vocabulário de LIBRAS.

Inclusão da disciplina de LIBRAS – É necessária a formação de um Grupo de Trabalho entre a FCEE e Secretaria de Estado da Educação, para a formalização da disciplina de LIBRAS a ser

ofertada a alunos ouvintes da rede regular de ensino, com a criação de sua estrutura curricular e inclusão de disciplina na matriz curricular do Estado.

Organização do atendimento do SAEDE-DA – Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que o trabalho do SAEDE-DA ainda estava muito voltado às atividades do ensino regular de seus alunos como trabalhos e tarefas. Alguns professores limitaram seu trabalho somente de auxílio aos alunos.

A maioria dos professores não possuía capacitação no ensino de português como segunda língua. Após a realização dessa capacitação, alguns mudaram significativamente sua prática pedagógica.

Outro fator que alteramos foi o direcionamento dos trabalhos do professor instrutor de LIBRAS para o espaço do SAEDE e podemos constatar que seu trabalho, além de trazer mais ganhos aos alunos, ficou mais bem organizado.

Conforme Decreto 6571/2008, o atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (Brasil, 2008). Sendo assim, é de extrema importância na articulação, do SAEDE-DA com os professores da rede regular de ensino na articulação na elaboração, na disponibilização e na avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos disponíveis aos alunos atendidos.

Também acreditamos que a organização desse serviço, conforme o que está estabelecido no livro “Atendimento Educacional Especializado/Pessoa com Surdez”, da Secretaria de Educação Especial/MEC, atende às necessidades dos alunos e torna o atendimento mais eficiente, pautado nos três momentos: o ensino da LIBRAS, o ensino em LIBRAS e o ensino do português como segunda língua.

Quanto ao *Ensino do Português como Segunda Língua*, é importante enfatizar que o objetivo deste trabalho é desenvolver a competência gramatical e linguística, bem como textual, para que os alunos com surdez sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas. Nesse atendimento são pesquisados os significados das palavras e como se dá a organização delas nas frases e textos de diferentes contextos, levando os alunos a perceber sem a estrutura da língua por meio de atividades diversificadas.

Para o desenvolvimento de seu trabalho é necessário a capacitação dos professores bilíngues no ensino da Língua Portuguesa e no ensino do português como segunda língua.

Desenvolvimento de um Programa de Capacitação Continuada – Aos professores das escolas com matrícula de alunos surdos abordando os temas: características do aluno surdo, educação bilíngue, aspectos educacionais na educação de alunos surdos, avaliação, pedagogia visual.

Ações planejadas e não executadas

Mesmo com todo planejamento e fluxo de trabalho realizado nos últimos dois anos, algumas metas estabelecidas no projeto de pesquisa não foram possíveis de ser realizadas, como:

- *Criação de uma midiateca em LIBRAS e um laboratório de produção de material visual na LIBRAS. Essa ação precisa ser coordenada pelos professores de LIBRAS e implementada pelos professores de cada área de conhecimento. (Esta ação necessita de um projeto para aquisição de materiais específicos para criação de um laboratório, necessitando de um tempo maior para execução.)*

- *Capacitação continuada dos professores e servidores da escola para a educação bilíngue com a equipe da FCEE, parceria SED/SC e SEESP/MEC. (Os projetos foram elaborados e aprovados pelo MEC, porém sua execução ficou para 2012 devido a problemas de repasse financeiro e greve de professores.)*

Estabelecer parceria com instituições governamentais e não governamentais.

- a. *Formação de capacitação continuada para o Estado executada pelo CAS em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC.*
- b. *Formação em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina/IFSC para o oferecimento dos cursos de especialização para educação de surdos (professores bilíngues e instrutores/professores surdos) e para intérpretes de língua de sinais.*
- c. *Formação em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC para o oferecimento da graduação Letras LIBRAS para os professores de LIBRAS e para os intérpretes de Língua de Sinais-LS, na modalidade a distância.*

A equipe manteve contato com algumas parcerias, porém, em virtude da troca da presidência da FCEE no período de 2009 para 2010, essas parcerias não foram realizadas.

- *Repensar a atuação da FCEE em todos os níveis e modalidades da Educação de Surdos no Estado, em função da municipalização da Educação Fundamental. (Esta ação no momento começa a ser discutida com a nova redação da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, bem como o processo de municipalização da educação básica organizado pela SED/SC. Consideramos que é uma ação que requer muitas discussões e tomadas de decisão por parte do corpo técnico e diretivo da FCEE, em conjunto, principalmente, na articulação com as Secretarias Setoriais e de Desenvolvimento Regional.)*

Últimos apontamentos

Estamos chegando ao final da escrita de nossa trajetória, realizada nesses últimos dois anos, juntamente com as equipes das três escolas envolvidas. Com certeza tivemos momentos de muita apreensão e dúvidas, principalmente quando a rotina do trabalho necessitava de mudanças. Nessa hora tivemos profissionais que se propuseram a essas mudanças e outros que ainda necessitam de um tempo maior para reverem sua prática pedagógica.

Quando iniciamos nosso trabalho como pesquisadores, nosso primeiro ato foi deixarmos de lado a ideia já formada para ir à busca de novas alternativas; tínhamos um fator positivo: os estudos e pesquisa bibliográfica realizada, bem como a assessoria recebida, o que favoreceu para que as necessidades de mudança e capacitação fossem apontadas juntamente com as escolas.

A receptividade dos profissionais com os pesquisadores foi muito importante. Conseguimos conversar sobre as dificuldades encontradas e propor alternativas, tanto com professores como com alunos. Essa aproximação com o cotidiano da escola foi importante para que nós, pesquisadores e técnicos da FCEE, pudéssemos estar testando as ideias e conhecimentos adquiridos em nossos estudos e capacitações.

A capacitação oferecida trouxe à tona questões de extrema importância para alunos e professores; os docentes conseguiram fazer com que percebêssemos o caminho a ser seguido e avanços conquistados de um ano para o outro. Muitas coisas que nos pareciam ser de difícil execução foram possíveis de ser aplicadas.

A união dos profissionais das três escolas nessas capacitações foi importante para percebermos que todos, à sua maneira, estavam procurando fazer o melhor, porém de forma isolada. Juntos puderam propor alternativas para situações vivenciadas e realizar estudos significativos para o desenvolvimento da proposta de educação bilíngue no Estado.

Não poderíamos deixar de destacar a importância que o movimento desta pesquisa proporcionou na aproximação da FCEE com as escolas, e da necessidade que este trabalho de assessoramento *in loco* proporciona, o que nos faz reforçarmos a necessidade de oferecer este trabalho em todas as regiões do Estado, trazendo à tona o debate da prática pedagógica na perspectiva da educação bilíngue.

Novamente gostaríamos de agradecer a credibilidade que nos foi depositada e a possibilidade do desenvolvimento deste trabalho sem intervenções ou questionamentos de nossas decisões e escolhas dos docentes envolvidos; agradecemos a contribuição e confiança do grupo gestor da FCEE. Mesmo que por alguns momentos tivéssemos caminhando sozinhos, não tivemos dificuldades em articular algumas ações conjuntas entre FCEE e SED.

Esperamos ter contribuído e que as ideias aqui apresentadas possam ter despertado o interesse de novos estudos sobre este processo. Entendemos que a discussão hoje ultrapassa as questões legais do direito para a discussão das estratégias e metodologias educacionais nesta área.

Estamos no início de implementação de uma proposta de educação bilíngue que contemple a necessidades do aluno surdo. Há muito por fazer, ainda não temos a formação de um ambiente bilíngue como gostaríamos, ou oferecer de fato o ensino de português como segunda língua, mas temos a certeza de que estamos trilhando num caminho que permitirá às pessoas surdas em nosso Estado aquilo que lhes é de direito.

*Não siga a estrada, apenas; ao contrário,
vá por onde não haja estrada e deixe uma trilha.
(Emerson)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> .

Acesso em: 09 set. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010.**

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>> .

Acesso em: 03 out. 2010.

CAMPELLO, Ana Regina. **Pedagogia Visual: Sinal na Educação dos Surdos.** IM: QUADROS, Ronice M. & PERLIN, Gladis (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e Bilingüismo.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista.** São Paulo: Plexus, 2002

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas.** In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **Teorias de aquisição da linguagem.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Programa Pedagógico**. – São José, SC: FCEE, 2009.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina**. Coordenador: Sérgio Otavio Bassetti. – São José, SC: FCEE, 2006.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina**. – São José, SC: FCEE, 2004.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lim; [et al.]. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. 2, 1 v, (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SILVA, Alessandra da. **Deficiência Auditiva**/ Alessandra da Silva, Cristiane Vieira de Paiva Lima, Mirlene Ferreira Macedo Damázio. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Leitura, escrita e surdez**/Secretaria da Educação, CENP/CAPE; Org.: PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. São Paulo: FDE, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para Educação Infantil e Ensino Fundamental: LIBRAS**/Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2008.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para Educação Infantil e Ensino Fundamental: Língua Portuguesa para Pessoa Surda**/Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2008.

BRASIL. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. In: Reunião Técnica: Implementação e a Transversalidade das políticas públicas para o Desenvolvimento Inclusivo dos Sistemas Educacionais. Brasília: MEC/SECADI/GAB, Jun. 2011.

ANEXOS

ANEXO A – PROTOCOLO I – LEVANTAMENTO DE DADOS – DIREÇÃO

ANEXO B – PROTOCOLO II – LEVANTAMENTO DE DADOS – PROFESSOR

ANEXO C – PROTOCOLO III – LEVANTAMENTO DE DADOS – INTÉRPRETE LIBRAS/Português

ANEXO D – PROTOCOLO IV – LEVANTAMENTO DE DADOS – INSTRUTORES DE LIBRAS

ANEXO E – PROTOCOLO V – LEVANTAMENTO DE DADOS – SERVIDORES

ANEXO F – PROTOCOLO VI – LEVANTAMENTO DE DADOS – PAIS/RESPONSÁVEIS

ANEXO G – PROTOCOLO VII – LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS SURDOS

ANEXO H – PROTOCOLO VIII – LEVANTAMENTO DE DADOS – PROFESSOR DO SAEDE

ANEXO I – PROTOCOLO IX – LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS OUVINTES

ANEXO J – FICHA DE OBSERVAÇÃO – ACOMPANHAMENTO

ANEXO K – PROTOCOLO I – FECHAMENTO – DIREÇÃO

ANEXO L – PROTOCOLO II – FECHAMENTO – PROFESSOR

ANEXO M – PROTOCOLO III – FECHAMENTO – INTÉRPRETE LIBRAS/Português

ANEXO N – PROTOCOLO IV – FECHAMENTO – INSTRUTOR DE LIBRAS

ANEXO O – PROTOCOLO V – FECHAMENTO – ALUNOS SURDOS

ANEXO P – PROTOCOLO VI – FECHAMENTO – PROFESSOR DO SAEDE

ANEXO A



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO I – LEVANTAMENTO DE DADOS – DIREÇÃO

Data: ____ / ____ / ____

Objetivo: Realizar um levantamento sobre a situação da escola no início da execução do projeto.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola: _____

Endereço: _____

Responsável pela escola: _____

Gerência Regional de Educação: _____
Integrador Regional de Educação Especial e Diversidade: _____

Número total de alunos atendidos: _____

Número de alunos surdos: _____

Modalidades de atendimento da escola: _____

Turnos: _____

Número de professores efetivos _____ ACTs _____

Número de especialistas: _____

Número de profissionais envolvidos na educação de surdos:

- professores bilíngues: _____
- intérpretes de LIBRAS: _____
- instrutores/professores de LIBRAS: _____
- professores: _____
- especialistas: _____

Qual profissional responsável pelo acompanhamento da educação de surdos na escola?

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Quais ações estão previstas no PPP da escola para garantir a inclusão de surdos?

De quais capacitações a equipe gestora já participou na área da surdez?

a) LIBRAS () Sim

Quem participou? _____

b) Outras temáticas: () Sim

Quem participou? _____

Como vocês percebem a comunicação entre surdos e ouvintes na sua escola dentro e fora da sala de aula?

O que vocês entendem por educação bilíngue/escola bilíngue (LIBRAS e Língua Portuguesa)?

Vocês acham que a escola está criando um ambiente bilíngue (LIBRAS e Língua Portuguesa)?

Como vocês avaliam o processo da educação de surdos na escola?

ANEXO B

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
 DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
 GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
 CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
 A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

**PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
 DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE
 SANTA CATARINA**

PROTOCOLO II – LEVANTAMENTO DE DADOS – PROFESSOR

Objetivo: levantar dados referentes à formação e atuação dos professores, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
 Situação funcional: efetivo () ACT ()
 Função: _____
 Escola: _____
 Série: _____ Disciplina: _____ Turno: _____
 Município: _____ GERED _____
 Formação acadêmica: _____
 Tempo na função de professor: _____
 Tempo de atuação com aluno surdo: _____
 Data: ____ / ____ / ____

Informações específicas

Professor:

() surdo () ouvinte

Dificuldades encontradas na realização de seu trabalho

- () espaço físico
 () material pedagógico
 () relacionamento professor – família
 () falta de capacitação específica. Qual?
 () outras

Como você classifica seu domínio da LIBRAS nos níveis de :

a) compreensão: () ótimo () bom () regular () insuficiente

b) produção (sinalização): () ótimo () bom () regular () insuficiente

Justifique: _____

Como você classifica seu domínio da Língua Portuguesa nos níveis de:

a) compreensão: () ótimo () bom () regular () insuficiente

b) produção (fala): () ótimo () bom () regular () insuficiente

c) escrita: () ótimo () bom () regular () insuficiente

Justifique: _____

Quais capacidades você tem na área da surdez:

a) LIBRAS: _____

b) português como L2: _____

c) outras temáticas: _____

O que você conhece sobre:

a) ambiente bilíngue

b) educação bilíngue

c) escola bilíngue

Como você avalia a educação dos alunos surdos de sua escola?

Em sua opinião, quais modificações são necessárias nesta educação?

Como você percebe a comunicação entre surdos e ouvintes na sua escola?

Como você avalia o envolvimento dos outros professores e alunos?

Você acha que a presença do intérprete interfere na atenção e aprendizagem dos alunos?

Você sente a necessidade de usar metodologia própria para o aluno surdo e outra para o aluno ouvinte?

Considerando a questão acima, quais as sugestões de metodologias adequadas para cada grupo?

Assinatura

ANEXO C



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO III – LEVANTAMENTO DE DADOS – INTÉRPRETE LIBRAS/Português

Objetivo: levantar dados relativos à formação e atuação qualitativa do trabalho dos intérpretes, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Nome: _____
 Situação funcional: efetivo () ACT () Função: _____
 Escola: _____
 Turma: _____ Série: _____ GERED: _____
 Município: _____
 Formação acadêmica: _____
 Tempo na função de intérpretes: _____
 Exame Pró-LIBRAS: () sim () não Nível: _____
 Data: ____/____/____

Qual a maior dificuldade no seu trabalho do intérprete em sala?

- () A língua de sinais LIBRAS?
- () O aluno?
- () É a relação professor x intérprete?
- () É a relação professor x aluno?
- () É a falta de conhecimento de sua parte dos conteúdos?
- () É a falta de acesso em tempo hábil aos conteúdos?
- () Outros. Quais?

Por quê?

Sugestões de como melhorar:

Quanto à sua fluência na LIBRAS como intérprete nas séries finais do ensino fundamental/médio, em cada disciplina, você se considera:

ótimo bom regular insuficiente

Justifique:

Quanto ao seu conhecimento dos conteúdos para trabalhar como intérprete nas séries finais do ensino fundamental/médio, em cada disciplina, você se considera:

ótimo bom regular insuficiente

Justifique:

No contexto mencionado na questão anterior, como você vê a interpretação consecutiva e simultânea? Sente-se apto(a) para desempenhar ambas?

Quais os cursos que você fez de LIBRAS e para intérprete, com suas respectivas cargas horárias?

Atualmente, o que você precisa para desempenhar o papel de intérprete?

Como você avalia a ética na relação:

· profissional intérprete: _____

· intérprete x professor: _____

· intérpretes x alunos surdos: _____

· intérpretes x membros da comunidade escolar: _____

Você acredita que o resultado do trabalho do intérprete depende somente dele ou também do conhecimento e das relações de colaboração estabelecidas entre os interlocutores/envolvidos no ato interpretativo? Justifique.

Assinatura

ANEXO D

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
 DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
 GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
 CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
 A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

**PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO
 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE
 SANTA CATARINA**

**PROTOCOLO IV – LEVANTAMENTO DE DADOS – INSTRUTORES DE
 LIBRAS**

Objetivo: levantar dados referentes à formação e atuação dos instrutores no ensino de LIBRAS, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
 Situação funcional: efetivo () ACT ()
 Função: _____
 Instituição: _____
 Turma: _____ Série: _____ GERED: _____
 Município: _____ Data: ____/____/____
 Formação acadêmica: _____
 Tempo na função de instrutor: _____
 Exame Pró-LIBRAS: () sim () não Nível: _____

Informações específicas

Qual a maior dificuldade no seu trabalho como instrutor?

- () A língua de sinais LIBRAS?
 () O aluno?
 () A sua relação com os demais professores?
 () A relação professor x aluno?
 () A falta de conhecimento de sua parte, dos conteúdos?
 () Relação com outras pessoas na escola?
 () Relação com o intérprete?
 () Outros. Quais: _____

Por quê?

Sugestões de como melhorar.

Você se sente preparado para trabalhar como instrutor?

() sim

() não

Por quê?

No momento atual, o que você mais precisa para desempenhar o papel de instrutor?

Fez os cursos ou formação de instrutor? Quais?

Como você planeja o seu trabalho de ensino de LIBRAS:

a) para alunos surdos:

b) para alunos ouvintes:

c) no SAEDE:

d) nos cursos de LIBRAS para os demais integrantes da comunidade escolar:

Quais materiais você utiliza para ministrar as aulas de LIBRAS? E quais destes foram criados ou adaptados por você?

Ministra os conhecimentos teóricos no curso e nas aulas de LIBRAS? Quais (exemplos: identidade surda, comunidade surda, o que é Libras, etc.)?

Como você avalia os alunos ouvintes nas aulas de LIBRAS?

Como você sente e percebe a comunicação entre surdos e ouvintes em sua escola? Quais suas sugestões para melhorar esta comunicação?

Como você percebe a interação entre surdos e ouvintes em sua sala de aula? Quais as sugestões para melhorar esta interação?

Em quais atividades você conta com o intérprete nas atividades da escola quando se faz necessário (reuniões, aulas etc.)? Se houver, como você avalia esta atuação do intérprete?

Quais os níveis de cursos de LIBRAS (básico, intermediário e avançado) que você ministrou? Quais são os conteúdos de cada nível?

Você já foi docente em formação de instrutores para outros surdos?

Você participa das capacitações promovidas pela escola? Quais?

O que você entende por educação bilíngue e uma escola bilíngue?

Assinatura

ANEXO E



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO V – LEVANTAMENTO DE DADOS – SERVIDORES

Objetivo: levantar dados referentes ao conhecimento da comunidade escolar sobre a educação de surdos, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
Situação funcional: efetivo () ACT () _____
Função: _____
Escola: _____
Turno: _____
Município: _____ GERED _____
Formação: _____
Tempo na função: _____
Data: ____/____/____

Informações específicas

Você tem algum conhecimento em LIBRAS?

() Sim () Não

Você tem interesse em aprender LIBRAS? Por quê?

De que maneira você se comunica com os alunos surdos?

Como você percebe a comunicação entre surdos e ouvintes na sua escola?

Em sua opinião o que seria necessário para melhorar essa comunicação?

O que você conhece sobre:

a) ambiente bilíngue

b) educação bilíngue

c) escola bilíngue

Assinatura

ANEXO F



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO VI – LEVANTAMENTO DE DADOS – PAIS/RESPONSÁVEIS

Objetivo: coletar informações referentes aos aspectos familiares e escolares dos alunos surdos, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome do aluno: _____
Escola: _____
Série: _____ Turno: _____
Município: _____ GERED _____
Data: ____ / ____ / ____

Informações específicas

Qual foi a causa da surdez do seu filho?

Os pais/responsáveis são:

- a) pai () surdo () ouvinte
b) mãe () surdo () ouvinte
c) responsável () surdo () ouvinte

Há na família mais alguma pessoa surda?

A comunicação com seu filho se dá por meio de:

- () LIBRAS () gestos () oralidade
() outros: _____

Alguma pessoa da família já fez curso de LIBRAS?

- () Sim () Não
() Pai () Mãe () Irmãos () Outros: _____

O que você conhece sobre escola Bilíngüe?

Você acha importante seu filho estudar em uma turma com ensino em LIBRAS?

Você está satisfeito com a escola onde seu filho estuda? Por quê?

Nesta escola você acha que está ocorrendo a inclusão? Por quê?

O que você sugere para melhorar a educação de seu filho na escola?

Assinatura

ANEXO G



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO VII – LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS SURDOS

Objetivo: levantar dados referentes aos aspectos escolares dos alunos surdos, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome do aluno: _____
Escola: _____
Série: _____ Turno: _____
Município: _____ GERED _____
Data: ____ / ____ / ____

Informações específicas

Você estuda em uma turma com ensino em LIBRAS (bilíngue) ou com ensino em português (com intérprete de LIBRAS)? Como você se sente nesta turma?

Como você sente e percebe a comunicação entre surdos e ouvintes em sua escola? Quais suas sugestões para melhorar esta comunicação?

Como você percebe a interação entre surdos e ouvintes em sua sala de aula? Quais as sugestões para melhorar esta interação?

Como você se comunica com seus colegas ouvintes?

Como seus colegas se comunicam com você?

Você percebe que seus colegas ouvintes estão interessados em aprender LIBRAS? E as demais pessoas de sua escola?

Você tem interesse em aprender português? Como é para você aprender esta língua?

Você tem interesse em aprender LIBRAS? Como é para você aprender esta língua?

Você acha que você está aprendendo nessa escola? Que tipo de coisas você está aprendendo?

Que mudanças você acha que são importantes para melhorar a educação de surdos em sua escola?

O que você entende por um ambiente bilíngue?

ANEXO H



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTÓCOLO VIII – LEVANTAMENTO DE DADOS – PROFESSOR DO SAEDE

Objetivo: Levantar dados referentes à formação e atuação dos professores do SAEDE-DA, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
Situação funcional: efetivo () ACT ()
Função: _____
Escola: _____
Série: _____ Disciplina: _____ Turno: _____
Município: _____ GERED _____
Formação acadêmica: _____
Tempo na função de professor: _____
Tempo de atuação com aluno surdo: _____

Data: ____/____/____

Informações específicas

Professor:

() surdo () ouvinte

Dificuldades encontradas na realização de seu trabalho:

- () espaço físico
- () material pedagógico
- () relacionamento professora-família
- () falta de capacitação específica. Qual?
- () Outras

Como você classifica seu domínio da LIBRAS nos níveis de:

a) compreensão: () ótimo () bom () regular () insuficiente

b) produção (sinalização): () ótimo () bom () regular () insuficiente

Justifique: _____

Como você classifica seu domínio da Língua Portuguesa nos níveis de:

a) compreensão: () ótimo () bom () regular () insuficiente

b) produção (fala): () ótimo () bom () regular () insuficiente

c) escrita: () ótimo () bom () regular () insuficiente

Justifique: _____

Quais capacitações você tem na área da surdez:

a) LIBRAS: _____

b) português como L2: _____

c) outras temáticas: _____

Como você avalia a educação dos alunos surdos de sua escola?

Em sua opinião, quais modificações são necessárias nesta educação?

Como você percebe a comunicação entre surdos e ouvintes na sua escola?

Como você avalia o envolvimento dos outros professores e alunos?

Quais as dificuldades encontradas por você em seu trabalho no SAEDE-DA?

Quais modificações você considera fundamentais para a melhoria de seu trabalho no SAEDE-DA?

O que você conhece sobre:

a) ambiente bilíngue

b) educação bilíngue

c) escola bilíngue

Assinatura

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
 DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
 GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
 CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
 A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

**PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
 DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE
 SANTA CATARINA**

**PROTOCOLO IX – LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS
 OUVINTES**

Objetivo: levantar dados referentes aos aspectos escolares dos alunos ouvintes, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome do aluno: _____

Escola: _____

Série: _____ Turno: _____

Município: _____ GERED _____

Data: ____ / ____ / ____

Informações específicas

Como você se sente estudando em uma turma com alunos surdos?

Como você sente e percebe a comunicação entre ouvintes e surdos em sua escola? Quais suas sugestões para melhorar esta comunicação?

Como você percebe a interação entre ouvintes e surdos em sua sala de aula? Quais as sugestões para melhorar esta interação?

Como você se comunica com seus colegas surdos?

Como seus colegas surdos comunicam-se com você?

Você tem interesse em aprender LIBRAS? Como é para você aprender esta língua?

Você acha que a presença do intérprete interfere nas atividades da aula?

O que você entende por um ambiente bilíngue?

ANEXO J

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

**PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Ficha de Observação – ACOMPANHAMENTO

Data: ____/____/____

Objetivo: Observar o andamento da implementação da educação bilíngue.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola: _____

ASPECTOS A SEREM REGISTRADOS

- 1) ESCOLA – AMBIENTE BILÍNGUE (todos os espaços em que os alunos surdos estão envolvidos).
- 2) SALA DE AULA – AMBIENTE BILÍNGUE, INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES (aluno-aluno, professor-aluno, intérprete-aluno, intérprete-professor, instrutor-aluno, instrutor-intérprete, instrutor-professor), PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM (considerando as línguas envolvidas).
- 3) ASPECTOS LEVANTADOS A PARTIR DOS PROTOCOLOS PREENCHIDOS IMPLICANDO EM UM PLANEJAMENTO ESPECÍFICO DA OBSERVAÇÃO.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

- 1) ESCOLA (GESTORES E SERVIDORES)
- 2) INTÉRPRETES
- 3) PROFESSORES BILÍNGUES
- 4) INSTRUTORES
- 5) PROFESSORES
- 6) ALUNOS SURDOS
- 7) ALUNOS OUVINTES

ANEXO K



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO I – FECHAMENTO – DIREÇÃO

Data: ____/____/____

Objetivo: realizar o fechamento de dados da implementação e acompanhamento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola: _____

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Quais ações poderão ser implementadas no PPP da escola para garantir a inclusão de surdos na perspectiva bilíngue?

Como estão acontecendo as capacitações da equipe gestora na área da surdez?

a) LIBRAS () Sim

Quem participou? _____

b) Outras temáticas: () Sim

Quem participou? _____

Quais as ações efetivas podem ser realizadas para implementar um ambiente bilíngue na escola que propicia o acesso ao ensino e a aprendizagem para os surdos?

Como vocês avaliam o processo da educação de surdos na escola?

Como vocês percebem a comunicação entre surdos e ouvintes (alunos, professores, servidores) na sua escola, dentro e fora da sala de aula?

Como vocês avaliam o trabalho da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, realizado neste último ano na escola?

Assinatura

ANEXO L



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO II – FECHAMENTO – PROFESSOR

Objetivo: realizar o fechamento de dados referentes à formação e atuação dos professores, a fim de subsidiar as ações de intervenção da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
Função: _____
Escola: _____
Série: _____ Disciplina: _____ Turno: _____
Município: _____ GERED _____

Data: ____/____/____

Como você avalia as capacitações que você realizou na área da surdez?

Que outras capacitações você sente necessidade de realizar?

Como você tem percebido o ambiente bilíngue da escola (na escola em geral e na sala de aula)?

Como está acontecendo a educação bilíngue na escola?

Como você reavalia o envolvimento dos professores e alunos da escola no projeto de educação bilíngue?

Em sua opinião, quais modificações ainda são necessárias nesta educação?

Há mudanças na sua prática de ensino a partir das capacitações? O que passou a ser incluído no currículo? Que tipos de materiais e estratégias de ensino você passou a adotar?

Quais as suas sugestões de materiais a serem criados ou adquiridos, a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos surdos em sua área de conhecimento?

Como você avalia o processo de mudanças na educação de surdos, a partir do início do projeto de implementação da educação bilíngue na sua escola?

Assinatura

ANEXO M



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO III – FECHAMENTO – INTÉRPRETE LIBRAS/Português

Objetivo: realizar o fechamento de dados referentes à formação e atuação dos professores, a fim de subsidiar as ações de intervenção da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
Escola: _____
Turma: _____ Série: _____ GERED: _____
Município: _____
Data: ____/____/____

Como você percebe o seu trabalho de intérprete em sala de aula, a partir da implementação da educação bilíngue (mencione a atuação da LIBRAS para português e do português para LIBRAS)?

Sugestões de como melhorar:

Como você reavalia a sua fluência na LIBRAS como intérprete nas séries finais do ensino fundamental/médio, em cada disciplina?

Como você reavalia o seu conhecimento dos conteúdos para trabalhar como intérprete nas séries finais do ensino fundamental/médio, em cada disciplina?

No contexto mencionado na questão anterior, como você vê a interpretação consecutiva e simultânea? Sente-se mais apto(a) para desempenhar ambas?

Atualmente, o que você precisa para desempenhar o papel de intérprete (cursos, orientações, materiais)?

Como você está percebendo o resultado do trabalho do intérprete no contexto que o envolve, ou também do conhecimento e das relações de colaboração estabelecidas entre os interlocutores/envolvidos no ato interpretativo, a partir da implementação da educação bilíngue? Justifique.

Como você avalia o processo de mudanças na educação de surdos, a partir do início do projeto de implementação da educação bilíngue na sua escola?

Assinatura

ANEXO N



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO IV – FECHAMENTO – INSTRUTOR DE LIBRAS

Objetivo: realizar o fechamento de dados referentes à formação e atuação dos professores, a fim de subsidiar as ações de intervenção da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
Função: _____
Instituição: _____
Turma: _____ Série: _____ GERED: _____
Município: _____ Data: ____ / ____ / ____

Como você percebe o seu trabalho na escola, na sala de aula (alunos surdos e alunos ouvintes), nas capacitações e no SAEDE, a partir da implementação da educação bilíngue?

Sugestões de como melhorar:

Como você passou a planejar o seu trabalho de ensino da LIBRAS, a partir da implementação da educação bilíngue?

Há mudanças na sua prática de ensino de LIBRAS, a partir das capacitações? O que passou a ser incluído no currículo de LIBRAS? Que tipos de materiais e estratégias de ensino você passou a adotar?

Quais as suas sugestões de materiais a serem criados ou adquiridos, a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes em sua área de conhecimento?

Como você reavalia a aprendizagem dos alunos?

Como você sente e percebe a comunicação entre surdos e ouvintes em sua escola? Quais suas sugestões para melhorar esta comunicação?

Em quais atividades você conta com a presença do intérprete?

Quais os níveis de cursos de LIBRAS (básico, intermediário e avançado) que você ministrou? Quais são os conteúdos de cada nível?

Atualmente o que você precisa para desempenhar melhor seu trabalho como instrutor (cursos, orientações, materiais)?

Como você está percebendo a sua atuação como instrutor de LIBRAS a partir da implementação da educação bilíngue? Justifique.

Assinatura

ANEXO O



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO V – FECHAMENTO – ALUNOS SURDOS

Objetivo: realizar o fechamento de dados referentes aos aspectos escolares dos alunos surdos, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome do aluno: _____

Escola: _____

Série: _____ Turno: _____

Município: _____ GERED _____

Data: ____/____/____

Como você avalia a educação bilíngue em sua escola hoje?

Você tem sugestões para melhorar?

ANEXO P

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED
 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE
 DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – DEPE
 GERÊNCIA DE PESQUISA E CONHECIMENTOS APLICADOS – GEPCA
 CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO
 A PESSOAS COM SURDEZ – CAS

**PROJETO DE PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
 DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE
 SANTA CATARINA**

PROTOCOLO VI – FECHAMENTO – PROFESSOR DO SAEDE

Objetivo: realizar o fechamento de dados referentes à formação e atuação dos professores do SAEDE-DA, a fim de subsidiar as ações de implementação da educação bilíngue no Estado.

Identificação

Nome: _____
 Situação funcional: efetivo () ACT ()
 Função: _____
 Escola: _____
 Série: _____ Disciplina: _____ Turno: _____
 Município: _____ GERED _____
 Formação acadêmica: _____
 Tempo na função de professor: _____
 Tempo de atuação com aluno surdo: _____

Data: ____/____/____

Quais capacitações você realizou na área da surdez?

Há mudanças na sua prática de ensino a partir das capacitações? O que passou a ser incluído no currículo? Que tipos de materiais e estratégias de ensino você passou a adotar?

Quais as suas sugestões de materiais a serem criados ou adquiridos, a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos surdos em sua área de conhecimento?

Quais as dificuldades encontradas por você em seu trabalho no SAEDE-DA?

Em sua opinião, quais modificações ainda são necessárias nesta educação?

Como você avalia o envolvimento dos outros professores e alunos?

Como você avalia o processo de mudanças na educação de surdos, a partir do início do projeto de implementação da educação bilíngue na sua escola?

Assinatura



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial e
Editora de Santa Catarina

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 – Saco dos Limões
CEP 88045-250 – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3239-6000

O.P. 2377
ADP-02778